



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

14ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA

OBJETIVO: tratar e discutir sobre assuntos relacionados ao
1º Plano Geral de Outorgas de Hidrovias.

EM: 30.11.2023

INICÍO: 15h41min

PRESIDENTE: ALAN QUEIROZ

A SRA. MEIRY SANTOS (Mestre de Cerimônias) - Senhoras e senhores, sejam todos muito bem-vindos. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento de nº 609/2023, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Alan Queiroz e, após aprovação em plenário, realiza Audiência Pública para tratar e discutir sobre assuntos relacionados ao 1º Plano Geral de Outorgas de Hidrovias.

Agradecemos, desde já, a todos que nos acompanham por meio virtual, seja pelas nossas páginas oficiais, na internet, ou através do nosso canal no YouTube, canal da Assembleia Legislativa. Agradecemos também aos telespectadores que nos acompanham através da TV Assembleia, canal 7.2.

Neste momento, convido para compor a nossa Mesa desta Audiência Pública o Excelentíssimo Deputado Estadual Alan Queiroz, proponente desta Audiência Pública.

Convidamos o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Jean Oliveira, 1º Vice-Presidente desta Casa de Leis.

Convidamos a Excelentíssima Senhora Promotora de Justiça Laila de Oliveira Cunha Nunes, membro auxiliar do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária (GAESF), neste ato representando a Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Rondônia.

Convidamos o Excelentíssimo Senhor Defensor Público Eduardo Guimarães Borges, Coordenador do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e da Coletividade (NUDHC), neste ato representando a Defensoria do Estado de Rondônia.

Convidamos a Senhor Tenente Priscila Dias, neste ato representando a capitania fluvial de Porto Velho. Retificando, Tenente Melca Dias.

Convidamos o Senhor Gilberto Rocha Quintiliano de Souza, representando o sistema Fecomércio Sesc/Senac/IFPE.

Convidamos a Senhora Tânia Oliveira Sena Alves, presidente da Cooperativa dos Garimpeiros da Amazônia - Coogam.

Convidamos o Senhor Fernando Cesar Parente, Diretor Presidente da Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondônia.

E teremos, nesta Audiência Pública, a presença, de forma virtual, de Bruno de Oliveira Pinheiro, Secretário Especial de Estudos e Projetos da ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários).

Neste momento, ainda de pé, convido o Deputado Estadual Alan Queiroz para proceder à abertura oficial desta Audiência.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Boa tarde a todos. Pedimos, já inicialmente, desculpas pelo atraso. Estava previsto para começar às 15 horas e tivemos alguns contratempos aí para resolver, internos, aqui na Casa, mas graças a Deus, estamos todos aqui. Parabéns pela presença maciça e marcante de todos vocês aqui nesta tarde.

Quero dar início, agora, por meio do nosso Cerimonial, a toda a tratativa de que necessita, para, daqui a pouco, a gente também fazer os registros necessários.

Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública para tratar e discutir sobre assuntos relacionados ao 1º Plano Geral de Outorgas Hidroviárias.

A SRA. MEIRY SANTOS (Mestre de Cerimônias) - Pedimos a todos que, em posição de respeito, possamos cantar o Hino Céus de Rondônia (Letra de Joaquim Araújo Lima, e Música do Doutor José de Mello e Silva).

(Execução do Hino "Céus de Rondônia")

Podemos todos nos acomodar.

Agradecemos a presença dos representantes de cooperativas, associações, trabalhadores, pessoas dos setores do meio ambiente e demais convidados que participam hoje desta audiência pública.

Senhoras e senhores, esta Audiência Pública do 1º Plano Geral de Outorgas Hidroviário tem o objetivo de tratar e discutir os assuntos relacionados às ações prioritárias de estudos para a concessão das hidrovias do rio Madeira, aprovado no dia 25 de outubro de 2023, pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários, a ANTAQ, e pelo Ministério de Portos e Aeroportos - MPA, e Secretaria Especial de Estudos e Projetos da ANTAQ. De acordo com o documento aprovado, fica estabelecido que a exploração das vias navegáveis será realizada por meio de concessão ou licitação.

O Deputado Estadual Alan Queiroz propôs esta Audiência para discutir os possíveis impactos que possam surgir desta possível concessão da hidrovia do rio Madeira relativamente às comunidades ribeirinhas, à condução de passageiros e ainda o transporte de grãos e demais mercadorias em geral.

Esta Audiência é de suma importância, pois a hidrovia do Madeira apresenta uma grande extensão navegável entre Porto Velho e sua foz no Município de Itacoatiara, interior do Amazonas. Sendo 180 quilômetros dentro dos limites rondonienses e 876 amazonenses. Esta hidrovia tem uma característica fundamental de ser o principal meio de escoamento da produção de grãos como soja, milho e açúcar, além de ser o meio de transporte de passageiros atendendo às comunidades ribeirinhas do Baixo Madeira.

Neste momento, passo a palavra ao Deputado Estadual Alan Queiroz para conduzir a presente Audiência Pública.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Obrigado. Nosso agradecimento a todos os nossos servidores da Casa. Em especial Cerimonial e Legislativo que estão aqui conosco. Agradecer de forma muito especial também a presença hoje na Audiência Pública do nosso Vice-Presidente da Assembleia Legislativa, nosso particular amigo Jean Oliveira. Obrigado, meu irmão. Sua presença conosco aqui é muito importante nessa nossa audiência pública.

Quero também fazer um registro de agradecimento ao Ministério Público de Rondônia, na pessoa aqui da nossa Promotora de Justiça Laila de Oliveira Cunha Nunes, que é membro auxiliar do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, neste ato representando a Procuradoria-Geral do Ministério Público do Estado de Rondônia. Nos sentimos muito gratos pela presença do Ministério Público aqui conosco.

Também do nosso Defensor Público Eduardo Guimarães Borges, que também já se fez presente aqui em outros momentos, em outras oportunidades, a participação da nossa Defensoria Pública do Estado de Rondônia. E nesse ato também está representando Defensoria Pública do Estado de Rondônia, DPA/Rondônia.

Meus cumprimentos também a Senhora Tenente Priscila Dias, neste ato representando a Capitania Fluvial de Porto Velho, Rondônia.

Senhor Gilberto Rocha de Souza, representando o sistema Fecomércio/SESC/SENAC.

Senhora Tânia Sena Alves, filha do meu amigo Sena. Daniel Sena que está aqui, toda a família que também tem a marca do setor garimpeiro. A história de Rondônia começou por aí. A nossa gratidão, em seu nome, a todos os garimpeiros, as pessoas que estão aqui que são ligadas a esse setor importante à história de Rondônia.

Também cumprimentar aqui o Fernando Cesar Parente, que é Diretor-Presidente. Obrigado, Fernando, por sua presença conosco. Diretor-Presidente da Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondônia, SOPH Rondônia.

Também agradecer de forma muito especial aqui ao Bruno, ao Bruno que é da Antaq, que está nos acompanhando de forma virtual, está em Brasília. Agradecer, Bruno, em seu nome, aqui toda a recepção que tivemos em Brasília na semana passada quando estive pessoalmente fazendo o convite e tentando buscar um pouco mais de informações para saber, para entender de fato a modelagem, a intenção desse plano de outorgas hidroviárias no país. Algo novo no país, não é? Não só na região norte, mas no país. Então, para a gente é muito novo. E causa isso espanto, causa, muitas vezes, a interrogação, a dúvida: será que é necessário? Mais taxaço? A população já vem sofrendo muito com a taxaço, que será uma concessão da hidrovía que iniciará pelo rio Madeira.

Então, assim, é importante a Audiência Pública para tirar essas dúvidas. E aqui eu tenho certeza que todos estão, assim como eu, também ansiosos por mais esclarecimento, por mais informações sobre esse assunto.

Então, em nome das pessoas aqui citadas, que compõem nossa Mesa, quero agradecer a presença de cada um dos senhores e senhoras que também se fazem aqui presentes, representando empresários, representantes também aqui dos nossos ribeirinhos e tantas pessoas que serão impactadas

diretamente com esse projeto. Eu vou fazer aqui brevemente um resumo do histórico da nossa ida, primeiro à Brasília, e agora, de fato, acontecendo esse momento aqui dessa discussão.

No dia 25 de outubro deste ano, o Senhor Eduardo Nery, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e o Senhor Sílvio Costa Filho, Ministro de Portos e Aeroportos, anunciaram a aprovação do 1º Plano Geral de Outorgas Hidroviário elaborado pela Antaq, que contempla a abertura de um chamamento público voltado ao recebimento de estudos para concessão hidroviária do rio Paraguai e rio Madeira, inicialmente.

O documento aprovado estabelece que a exploração das vias navegáveis ou potencialmente navegáveis, será feito por meio de concessão ou por meio de licitação, segundo o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

A hidrovía do Madeira apresenta extensão navegável de 1.060 quilômetros entre Porto Velho e a foz em Itacoatiara-AM - e nesse caso também, aqui vou fazer um registro que eu fiz um convite, em Brasília, a toda a bancada federal do Amazonas, que aqui se fizessem presentes porque eles também serão impactados. E também, o próximo rio que será discutida a sua concessão é o rio Amazonas, mas infelizmente, não tivemos a participação de nenhum deles aqui. Mas, eu tenho certeza que no segundo momento, eles também estarão participando desse debate.

Destes, aproximadamente 180 quilômetros estão dentro dos limites de Rondônia e 876 quilômetros no Estado do Amazonas. Entre as características do rio Madeira está o fato de ser o principal meio de escoamento da produção de grãos, carne e peixe, além de transporte de passageiros,

atendendo às comunidades ribeirinhas do Baixo Madeira. Neste contexto, faz-se necessário debater os impactos advindos dessa outorga da hidrovia do rio Madeira, relativamente às comunidades ribeirinhas; ao transporte de passageiro e ainda, o transporte de grãos, bem como o recebimento de recursos federais para a empresa vencedora desta outorga.

Com a finalidade de esclarecer aos participantes dessa Audiência Pública, os dados que coletamos no site da Antaq referente ao ano de 2022: a carga transportada pela hidrovia do Madeira foi de 10 milhões de toneladas, destacando a soja com 5 milhões de toneladas, que representa 48,7% do total transportado. O milho, com 2.500 milhões de toneladas, representando 25,4% do total transportado e o petróleo e seus derivados, com 1,5 milhão de toneladas, representando 14,7% de transportado.

Neste ano, considerando apenas os meses de janeiro a setembro, temos os seguintes dados coletados no site da Antaq: a carga total transportada foi de 9 milhões de toneladas, sendo a soja com 5 milhões de toneladas, representando 58% de total transportado; o milho com 2 milhões... Está repetitivo. Então, vou aqui só resumir.

Em se tratando de custo, ainda não se sabe ao certo quanto será cobrado por tonelada transportada e quanto isso vai impactar no preço final aos usuários, em especial, aos ribeirinhos e empresários do setor produtivo e também, do setor do agronegócio.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em seu trabalho sobre hidrovias no Brasil, datado de 2014, o rio Madeira precisa de poucas intervenções humanas para adequação de seu leito, no intuito de permitir o pleno aproveitamento para navegação em alta escala. Mesmo apresentando boas condições de navegabilidade, demanda

sinalização; patrulhamento hidroviário e dragagem, para manter um canal adequado ao transporte hidroviário de grãos, combustíveis e outras mercadorias.

Desta forma, a implantação da hidrovía do rio Madeira demandaria um investimento na ordem de R\$ 100 milhões, além da atividade de manutenção de R\$ 10 milhões anuais - dados do IPEA, de 2014.

Segundo os dados do IPEA, o custo da tonelada transportada dependeria do volume transportado para um volume de 5 milhões de toneladas por ano. Esse custo seria de R\$ 3,56 por tonelada. Já, se o volume transportado fosse de 10 milhões de toneladas por ano, esse custo cairia pela metade, ou seja, R\$ 1,76 a tonelada.

Em relação às comunidades ribeirinhas do Baixo Madeira, o transporte de passageiros e da produção agrícola, bem como das mercadorias, são feitos por embarcações de madeira, construídas pelos próprios carpinteiros navais amazônidas. Essas embarcações, normalmente, têm 30 metros de comprimento por 6 metros de largura. São divididos entre 3 compartimentos: porão, convés e deque. As mercadorias são transportadas junto com os passageiros e nos porões das embarcações.

Contudo, essas embarcações não oferecem nenhum tipo de conforto aos usuários e muito menos acessibilidade àqueles que necessitam. Os passageiros são amontoados em redes para dormir. Os barcos são antigos e sucateados e não oferecem nenhum conforto aos usuários, segundo a Revista de Administração, Sociedade e Inovação. O número de passageiros transportados é de 2 mil passageiros por semana, nas condições já mencionadas, em 4 embarcações com capacidade de 130 passageiros.

O valor da passagem varia conforme a distância da localidade em relação ao Porto do Cai N'água e Calama. Em geral, esse valor fica em torno de R\$ 30,00 a R\$ 50,00.

Para concluir e não tomar mais tempo dos participantes, propus esta Audiência Pública com a finalidade de ouvir a sociedade civil e autoridades constituídas, sobre esse relevante tema para o nosso Estado, em especial, para o município de Porto Velho e suas adjacências, como os Distritos do Baixo Madeira.

Sendo assim, ao ouvirmos a sociedade e autoridades no assunto e, diante das conclusões extraídas dessa Audiência Pública, teremos mais consistências para tomarmos as providências necessárias para a resolução desse problema de interesse da sociedade rondoniense.

Desde já, agradecemos a participação de todos. Como disse, aqui foi um resumo para poder ter um entendimento da discussão. E, nesse momento, eu vou pedir, Deputado Jean, para que a gente possa ouvir aqui o Senhor Bruno, que está representando a Antaq, que está distante, nos acompanhando. Sabemos também do grande movimento hoje que está acontecendo em Brasília, devido ao fechamento das emendas parlamentares, ao fechamento do ano orçamentário, do ano letivo. E a disposição que eles colocaram esse assessor para estar apresentando, de fato e de forma concreta, como anda esse planejamento, o que de fato já existe, qual o tempo que se acredita já à implementação.

E a gente gostaria de, nesse momento – tenho certeza que todos os senhores, assim como eu, também estou ansioso para – ouvi-lo inicialmente e, depois, a gente vai estar abrindo aqui a fala para todos os representantes que assim o quiserem, está bom? Então, Senhor Bruno, por favor. Você

está com condição de entrar com a gente e já ser o primeiro a fazer uso da palavra?

O SR. BRUNO DE OLIVEIRA PINHEIRO (Por videoconferência)
- Sim, senhor deputado. O senhor me ouve?

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Ouvimos muito bem.
Com a palavra.

O SR. BRUNO DE OLIVEIRA PINHEIRO (Por videoconferência)
- Obrigado, deputado. Queria agradecer ao senhor o convite, em nome da diretoria da Antaq. E essa oportunidade ímpar de a gente esclarecer a situação atual do nosso projeto, que a gente está fazendo aqui em Brasília. E, com certeza, será a primeira conversa de muitas que teremos, com a sociedade rondoniense, com o Parlamento, também com a sociedade amazonense e o parlamento amazonense também.

Eu, em nome do senhor, queria cumprimentar todas as autoridades presentes e, em nome da Tenente Melca, todas as mulheres presentes na nossa Audiência Pública.

Deputado, eu trouxe uma apresentação breve para a gente... O senhor está enxergando? Todos enxergam?

(Apresentação se slides no telão)

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Ok. Está bem nítido aqui para a gente.

O SR. BRUNO DE OLIVEIRA PINHEIRO (Por videoconferência)
- Maravilha, muito obrigado. Então o roteiro, senhoras e senhores. Na minha apresentação, vou falar um pouco do PGO (Plano Geral de Outorgas) Hidroviário, a escolha pela priorização do rio Madeira, a estratégia de implantação da hidrovia e o cronograma inicial, como é que está nosso cronograma do projeto.

O Plano Geral de Outorgas, como bem já falou o deputado, é o primeiro que foi realizado no Brasil. Apesar dessa competência, da Antaq detê-la desde de sua criação, da Lei 10.233/01, a Antaq já tinha essa competência desde a sua criação, mas esse ano que a Diretoria da Antaq, pensando na importância das hidrovias – como o senhor muito bem falou, das hidrovias, não só do Madeira, mas com todas do Brasil – decidiu fazer esse Plano Geral de Outorgas e propor ao Ministério de Portos e Aeroportos, como está na legislação vigente.

Então, como eu citei, cabe à ANTAQ: “Art. 23. Constituem a esfera de atuação da Antaq: [...] V - a exploração da infraestrutura aquaviária federal” e também “Art. 27. Cabe à Antaq, em sua esfera de atuação: [...] III - propor ao Ministério dos Transportes o plano geral de outorgas e exploração da infraestrutura aquaviária [...]” e “XXV - celebrar atos de outorga de concessão para a exploração da infraestrutura aquaviária, gerindo e fiscalizando os respectivos contratos e demais instrumentos administrativos.”

Aqui na Antaq foi criado recentemente, em junho de 2023, uma Secretaria Especial de Estudos e Projetos para cuidar, além de alguns estudos que a gente tem na nossa agenda de estudos, mais especificamente os estudos para a gente melhorar – vamos chamar assim – as condições das vias que a gente tem, as vias aquaviárias, nas nossas hidrovias. Não

vou ler o que a gente tem, mas, aqui na Secretaria, a gente estrutura os projetos de concessões hidroviárias, analisa os EVTEA (Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental) apresentados por outras empresas parceiras ou interessados, elabora termos de referência - TR, e realiza levantamentos técnicos para estruturar essas concessões.

Um pouco do PGO. Como eu disse, em 2021, foi iniciada a elaboração do PGO de infraestruturas aquaviárias - longo período de maturação na ANTAQ e no Ministério". Em 2023, aprovação de ambos os órgãos, como bem citou o deputado, 2023 (25/out) ocorreu a cerimônia de lançamento na Antaq com a aprovação da diretoria da Antaq e do Ministro Silvio Costa Filho.

E essas foram as hidrovias, os trechos hidroviários, elencados no nosso PGO. A gente dividiu todas as nossas hidrovias em três grandes grupos e a gente chamou o primeiro grupo de Estratégicos: Amazonas - Barra Norte; Tapajós; Paraguai - Tramo Sul - Tramo Norte; Madeira; Hidrovias do Sul - Lagoa dos Patos e Lagoa Mirim; Tocantins. E depois a gente fez dois outros grandes grupos: Navegação Consolidada: Amazonas (Manaus - Itacoatiara), Tietê, Solimões, Paraná; e Potencial: São Francisco, Parnaíba, Guaporé-Mamoré.

Como a gente fez essa divisão e por que a gente fez essa divisão? A gente analisou a importância hidrovia, para a economia brasileira. A gente analisou se havia já navegação consolidada na hidrovia, que é o caso do Madeira. Como deputado bem disse, no ano passado a gente coletou 10 milhões e até setembro foram 9 milhões, mesmo com a seca.

E também, a gente analisou, e aí eu já entro e faço um spoiler de alguns slides a seguir, da quantidade de informações, senhoras e senhores, que eles têm de engenharia

e de demanda dessas vias, dessas hidrovias, que nós temos. Por exemplo, a rio Madeira. Por que o Madeira foi escolhido?

O DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) há cinco anos, seis anos, aí o Rodrigo, está nos assistindo pode me ajudar, já realiza o Plano de Monitoramento Hidroviário do Madeira e faz já dragagem do Madeira há pelo menos cinco anos repetitivos. O dragar de perenes.

Então, a gente tem toda a informação necessária de quanto a gente precisa. Não precisa mais usar, deputado, o belíssimo do trabalho do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) 2014, para dizer quanto gente precisa gastar em dragagem para manter uma navegação perene do Madeira. A gente já tem essas informações coletadas pelo DNIT. Foi um belo trabalho feito pelo DNIT, que o DNIT está fazendo.

E assim foi no Tapajós, no Paraguai, no rio Verde do Sul. E outras hidrovias, que a gente tem menos informação a gente foi colocando nos grupos, no segundo e terceiro grupo.

Por que conceder hidrovias? Qual foi, qual é a nossa ideia? Para passar a gestão hidroviária para uma empresa privada? A gente evita limitações decorrentes da Lei de Licitações. Hoje quem está no DNIT, na Audiência Pública, sabe o que eu estou falando, ou me assistindo on-line, ou nos assistindo on-line, sabe o que eu estou falando. Licitar uma dragagem é bastante difícil. Tem problemas de judicialização, recursos. É uma faina bastante penosa, deputado.

Então, transferir essa contratação para o privado, a gente entende que vai ter mais dinamismo e flexibilidade. Hoje, o contrato do DNIT quando acabar, antes do contrato do DNIT acabar, o de dragagem, o DNIT, 12 meses ou 15 meses

antes, vai ter que começar a preparar nova licitação para não deixar de ter a dragagem no Madeira.

Permite o planejamento de longo prazo. A gente pode estar pensando em uma concessão de 25, 30 anos, de 20 a 30^a nos. Então, a empresa que vai ser contratada tem esse planejamento de longo prazo. A gente pode, primeiro, você vai fazer a manutenção. Depois, a gente pode pensar em investimentos, aumentar o calado operacional da hidrovia. Podemos já pensar em sinalização eletrônica para a hidrovia e implementando isso a longo prazo, com sorte melhorar a condição da via.

Aporte tecnológico. Já falei até da sinalização eletrônica. E, a gente acredita - conversando, Senhor Deputado, com alguns *stakeholders*, alguns *players*, que movimentam carga aí no Madeira -, que, se a gente conseguir manter uma profundidade, um calado operacional mínimo, confiável, perene, ele traz mais investimento para fazer mais movimentação pelo rio Madeira.

E também empresas, que hoje não movimentam cargas pelo Madeira, se interessam também de levar mais carga para o Madeira gerando mais empregos, mais renda pra todos os envolvidos. Empregos diretos e indiretos.

Avançando, por que a escolha do Madeira? Eu já falei que eu dei um spoiler. A gente tem informações do DNIT, do Plano de Monitoramento Hidroviário. E os estudos da USACE, que é o Corpo de Engenheiros do Exército Americano, também sobre o Madeira. Temos indícios de saturação da infraestrutura do Madeira. E temos os recursos disponíveis, senhoras e senhores, de R\$ 590 milhões em dez anos da Eletrobrás com a construção dos barramentos.

E podemos utilizar esse recurso, R\$ 59 milhões por ano, para amortizar, por exemplo, deputado, o valor da tarifa. A

gente ainda vai modelar, ainda vai botar na planilha. E vamos dizer, por hipótese, a tarifa não chegue ao valor que a gente quer. Seja um valor que a gente considera um pouco mais alto. Podemos usar esses R\$ 59 milhões e irá utilizar esses R\$ 59 milhões, e irá utilizá-los, para amortizar esse valor, diminuir esse valor.

Ou, lá na planilha, quando a gente chegar ao valor, a gente acha um valor considerável. E veja, a gente acha, nem a Antaq... Todo o estudo, é importante frisar - e eu vou falar também, eu gosto de dar spoiler nos meus slides, eu vou falar mais adiante -, vai passar por Audiência Pública, a gente vai a Porto Velho, vai conversar com liderança, vai a Manaus, vai conversar com o Legislativo, com empresários. A sociedade vai decidir junto com a Antaq o valor da tarifa, o valor razoável, da tarifa a ser cobrada.

Se esse valor for razoável podemos, por exemplo, pegar esses R\$ 59 milhões e usar investimento. Isso os números vão dizer e eu não tenho esses números ainda, deputado. Estamos bem no início do estudo como vou mostrar adiante. E a gente acredita que, colocando uma navegação perene no Madeira, a gente cria mais ainda - como eu disse antes - vontade de investidores de levar a carga pelo Madeira, tendo o escoamento de carga de Mato Grosso e de Rondônia.

Nossa estratégia de implementação. Qual foi a orientação passada pela diretoria da Antaq, a Secretaria que hoje eu coordeno? A Infra S.A., que é nossa parceira no projeto? E a orientação do Ministro Sílvio Costa Filho. Sempre a gente, a Antaq - isso não é só no projeto de concessão de arrendamento - sempre pauta as suas ações - e o mercado reconhece isso - com o diálogo com a sociedade. A gente vai realizar visitas técnicas, reuniões em Porto Velho, como eu disse, em Manaus. Tem audiência pública. Tem audiência pública que é obrigatória por lei, mas a gente não

vai se contentar somente com audiência pública por lei, como eu já disse, a gente vai fazer reuniões, vai fazer encontros, não só em Brasília, mas como também nas capitais ou nas cidades afetadas, ir para identificar expectativas.

O que o Legislativo rondoniense espera do rio Madeira? O que os representantes, os líderes comunitários esperam do rio Madeira? O que o Ibama espera do Rio Madeira? Para a gente alinhar todas essas expectativas e colocar no nosso modelo, no nosso estudo.

O segundo é o modelo de negócios. Qual vai ser a empresa a ser contratada, qual o serviço que ela vai prestar e como ela vai cobrar isso? Por exemplo, hoje, eu posso pensar aqui em Brasília, sentar no escritório a 1.500 quilômetros do Madeira e falar "Eu quero um calado operacional de cinco metros todo ano". Aí, conversando com a as lideranças, os empresários locais: "Não, mas eu não preciso disso tudo. Três metros e meio me atende o calado operacional na seca, me atende superbem".

Então, a gente vai colocar no estudo três metros e meio, e os investidores, todos os interessados, todos os que eu já citei na minha fala anterior, preciso: qual é a expectativa? Não é a expectativa de Brasília, é expectativa de quem irá utilizar o rio e quem irá ter impacto com a utilização do rio.

Uso dos recursos da Eletrobrás. Eu já disse. E um contrato de longo prazo. Hoje, o DNIT consegue fazer, por força de lei, contratos de cinco anos. Se a gente fizer, se a gente conseguir fazer um contrato, por exemplo, de uma concessão de 20 a 30 anos – vamos chutar 20 anos o menor, ou 15 anos... vou chutar 15 anos –, eu vou garantir ao senhor, deputado, que 15 anos o senhor, no mínimo 15 anos – o contrato pode ser prorrogado até 70, como diz a legislação –, eu vou

garantir ao senhor que nesses 15 anos o senhor vai ter dragagem no rio Madeira, com calado operacional mínimo que a gente definir, todos nós juntos definirmos lá no contrato de concessão.

E a orientação da diretoria. Essa é primordial: foco no resultado para o usuário. Se não tiver, se a gente vir que a hidrovia do jeito que está, o rio do jeito que está, está muito bom, não precisa mexer, "ah, então para que conceder?" Não, a gente precisa mexer. A gente tem o resultado a mais para dar para o usuário, vai melhorar a navegação no rio, a gente vai fazer. E isso a gente vai assegurar a níveis de serviços mínimos.

No contrato a gente pode dizer "calado operacional mínimo de tanto". A gente pode dizer "tem que estar navegável 96% dos dias". Estou chutando, estou chutando alguns... "A sinalização eletrônica tem que funcionar 98% dos dias." "Tem que ter sinalização para navegação noturna." Isso a gente vai decidir, todos nós em conjunto, para colocar essas exigências que a empresa tem que atender no contrato.

Benefícios à região: maior previsibilidade e segurança e navegação; transporte com melhor custo-benefício; geração de empregos; controle da poluição hídrica; ampliação da produção de bens e serviços; sistema de comunicação entre os usuários; e estabelecimento contratual de condicionantes, culturais e sociais da região.

A gente pode, quando a gente estudar os impactos sociais e até ambientais que essa concessão pode trazer – não estou dizendo que vai trazer, mas pode trazer –, e o órgão ambiental determinando condicionante, que a gente transfere esse condicionante para a iniciativa privada com um contrato de concessão.

Mais uma vez a Antaq fiscalizando, a gente vai ter essas condicionantes cumpridas no prazo contratual lá de mínimo de 20 anos, podendo ser 70 anos.

Só aí agora uma situação atual hoje do Madeira: existem acidentes recorrentes, conhecimento impreciso das condições de navegabilidade, limitação de capacidade, restrição à navegação noturna e imprevisibilidade para os usuários. Esse quadrinho de "imprevisibilidade para os usuários" nos pega muito, deputado. Porque, onde há incertezas, a gente não consegue trazer investimento. Se a gente com certeza de um nível de serviço mínimo, como você tem no slide anterior, eu já vi isso acontecendo em outros locais, em portos, em rodovias. Eu posso dizer para o senhor, com toda a franqueza, que a gente vai trazer mais investimentos para o Estado de Rondônia e do Amazonas, com certeza.

Então, **(ininteligível)** pela hidrovia, planejamento a longo prazo, eu já comentei; maior disponibilização de informações para a navegação dos comboios; maior segurança, conseqüentemente, e previsibilidade das condições de navegação, como eu já citei.

Então, a nossa estratégia de implementação, lembrando a orientação dada pelo nosso Ministro e pela diretoria da Antaq, para essa hidrovia ir à leilão tem que existir um efetivo modelo de negócios que entregue benefícios desejáveis aos usuários, à população local.

Se a gente não tiver, senhores deputados, todos presentes na Audiência Pública, se a gente não tiver benefícios a entregar para a sociedade e para os usuários, não precisa ter leilão. Deixa do jeito que está. Então, a gente tem que provar para a sociedade, mostrar para sociedade: um leilão, gente, vai ter isso, isso, isso, isso, isso. Pós leilão, o leilão acontecendo, a Antaq acompanhar

se esses benefícios estão ocorrendo ou não com a concessão da hidrovia.

Nosso cronograma. A gente, em novembro, fez entrevista com alguns usuários ainda, aqueles potenciais utilizadores da hidrovia. "Se a gente conceder, será que vai melhorar para você?" Um primeiro papo. De dezembro a março tem elaboração do EVTEA (Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental) e documentos jurídicos, o estudo de viabilidade. Nesse momento, a gente vai ter conversas, mais uma vez, com a sociedade rondoniense, a sociedade amazonense, antes mesmo da Audiência Pública, para coletar essas informações, esses benefícios necessários para a gente fazer a nossa concessão. Nossa ideia é entre abril e junho a gente fazer a nossa consulta, a Audiência Pública.

Aqui na Antaq, a gestão tem um mal costume, deputado, de seguir e de levar a sério consulta à Audiência Pública. Então, a gente analisa todas as contribuições. E eu costumo dizer, testemunho ocular, um estudo não sai da Audiência Pública igual ele entrou. Então, por isso a gente precisa desse um mês para revisão do estudo pós-consulta pública.

Depois a gente tem auditoria do Tribunal de Contas, em 90 dias. O Tribunal de Contas também faz algumas recomendações. A gente colocou um mês para recomendação, para atender as recomendações do Tribunal de Contas. Em dezembro e janeiro, a gente tem abertura do edital, de 2024, para em fevereiro, na B3 (Bolsa de Valores), a gente bater o martelo e fechar esse projeto na concessão do rio Madeira.

Senhores deputados, senhoras e senhores. Com isso eu encerro aqui minha apresentação, espero ter esclarecido um pouco. Mas, estou aqui à disposição para qualquer pergunta, não só dos parlamentares, mas todas as autoridades presentes, os populares, os líderes comunitários, representantes de

cooperativas, trabalhadores, o Ministério Público de Rondônia, todos aqui presentes. Está bom? Muito obrigado, mais uma vez, pela oportunidade.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Nós que agradecemos, Bruno. De fato, a sua fala era necessária nesta Audiência Pública. Quero só enfatizar quando você relata da importância para que esteja pronto, de fato, para apresentar à sociedade tem a obrigatoriedade pela lei, pela legislação de também fazer outras Audiências Públicas. E dizer que o povo de Rondônia é um povo atencioso e participativo.

A nossa Casa está totalmente lotada, o nosso plenário, e estamos aqui vigilantes em defesa dos interesses do povo de Rondônia e dos rondonienses. Então, saiba que se, de fato, for algo que seja benéfico à nossa população, sim, terá a nossa defesa. Agora se a gente entender que será apenas taxaço por taxaço, nosso povo não ficará calado.

Então, eu quero aqui agradecer imensamente a sua participação, em seu nome cumprimentar toda a diretoria da Antaq que me recebeu de forma muito atenciosa, muito prestativa.

Quero também fazer um registro aqui, do Aires Mota um amigo particular, que está nesse momento também representando aqui o Deputado Federal Thiago Flores. Agradecer ao Deputado Thiago, Aires. Você que é um amigo nosso, representante do PV (Partido Verde) aqui em Rondônia. E eu estive em Brasília visitando todos os gabinetes dos deputados federais, para que pudessem estar aqui ou mandar um representante. Sabemos também que hoje tem Sessão ainda acontecendo em Brasília, mas temos aqui o representante.

E também está nos acompanhando e também pediu fala, eu vou pedir permissão aqui a todos os nossos membros da Mesa, aqueles que já estão inscritos, mas para passar também já a fala – se puderem nos ajudar, a nossa equipe técnica, para deixar no gatilho –, para o Deputado Federal Fernando Máximo, que está de prontidão lá no seu gabinete, mas que também quer deixar a sua mensagem.

Antes de passar a palavra ao Deputado Fernando Máximo, quero convidar para fazer também parte conosco da Mesa Diretora, o Senhor Raimundo Holanda Filho, ele que é rondoniense, tem aqui também suas empresas, defensor do nosso rio Madeira. Nesse momento, ele está como Presidente da Federação Nacional das Empresas de Navegação Aquaviárias - FENAVEGA.

Raimundo, seja bem-vindo. Muito obrigado pela sua presença conosco. E eu tenho certeza de que também a sua fala, como profundo conhecedor desse tema, será também muito importante. E eu já vou pedir para que Vossa Senhoria possa se preparar para poder falar logo após a fala do Deputado Federal Fernando, que também está entrando em Comissão daqui a pouco, lá em Brasília, mas que ele quer deixar essa mensagem.

Está ok? Ainda não?

Então, enquanto preparam aqui esse link junto ao Deputado Federal Fernando Máximo, que está lá em Brasília, tentando este contato, eu vou passar, já, inclusive, ao Raimundo.

Fernando já está ok, lá? Então, vamos voltar aqui.

Deputado Fernando Máximo, está lá em Brasília, neste momento, representando também Rondônia lá no Congresso Nacional, com pautas importantes. Fiz questão de ir no seu

gabinete. Ele queria muito estar aqui presente. Mas, ele está conosco aí, on-line.

Deputado Fernando, deixe a sua mensagem à nossa Audiência Pública.

O SR. FERNANDO RODRIGUES MÁXIMO (Por videoconferência)
- Boa tarde, meu Deputado Presidente da Mesa, Alan Queiroz, ao Deputado Jean Oliveira, à Promotora Doutora Laila de Oliveira; ao Defensor Público Eduardo Guimarães; pessoal da Fecomércio, representando Gilberto Rocha; presidente da **(ininteligível)**, Tânia Sena, os representantes dos garimpeiros aí. É um grande prazer. Tem garimpeiro aí nesse grupo?

Então, Deputado Alan Queiroz, parabéns pela audiência, quando você trouxe para a gente a questão. Estão me ouvindo bem aí?

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Agora melhorou, pode falar.

O SR. FERNANDO RODRIGUES MÁXIMO (Por videoconferência)
- Então, parabéns, Deputado Alan Queiroz. Quando você trouxe para a gente essa preocupação dessa possível privatização e cobrança de taxas dos nossos rondonienses, então as pessoas que mais se utilizam do rio Madeira para transporte de cargas, para transporte de pessoas e imaginando que essa taxa, vai fazer com que haja aumento de custo para todas as pessoas, então nós ficamos preocupados com isso e nos colocamos à disposição para ajudar.

Parabéns pela iniciativa. Nós precisamos entender melhor isso. E, tudo o que nós não queremos, é mais coisas para a gente pagar. Já pagamos tantos impostos, já pagamos tantas coisas!

Ao brasileiro já sobra tão pouco recurso e a gente, muitas vezes, quanto àquilo que a gente paga, a gente não vê os serviços de qualidade sendo executados. Então, nós ficamos muito preocupados com essa possibilidade dessa privatização, dessa cobrança de taxas a mais, o que vai onerar para os nossos rondonienses, vai aumentar o preço dos nossos produtos e nós temos que estar muito alertas a isso.

Muito ruim eu não ter estado aí presente. Eu tinha já uma audiência prévia aqui na Universidade Federal de Minas Gerais. Estou embarcando agora de Belo Horizonte para Brasília e, depois, para Porto Velho.

O assunto também aqui é muito importante. É uma vacina que está sendo criada aqui contra a cocaína e o crack. E eu vim aqui, porque é um assunto que me interessa muito, como palestrante antidrogas no Estado. Mas, eu queria estar hoje aí presente com o senhor, Deputado Alan Queiroz, com os demais deputados, com as demais autoridades presentes, com as senhoras e senhores presentes aí. Eu sei que tem alguns garimpeiros aí que também estão interessados, presentes na plateia.

Tem algum garimpeiro aí? Levanta a mão. Quem trabalha com garimpo? Quem é? Muito bacana.

Então, Deputado Alan Queiroz, perdão por não estar presente. Muito obrigado pelo convite. Muito obrigado por ter estado no nosso gabinete. Eu pedi para a Tânia Sena, o Senhor Sena, também, para chamarem o pessoal que tem interesse. Chamaram dezenas de pessoas que estão presentes e estou muito feliz com a plateia cheia.

A minha assessoria está aí para ajudar no que for preciso também para pegar as informações. Repito, é uma pena eu não estar aí. Queria muito estar aí, mas não pude estar presente, mas desejo que tenham uma ótima audiência.

Senador Bagatolli, acabei de ver a foto dele aqui também, está on-line. Doutor Bruno está aqui; Doutor Miguel de Souza, presente também. Então, vai ser uma ótima audiência.

Contem comigo nesse tema. Eu sou contra qualquer taxaçoão a mais para o nosso povo, para a nossa gente, para os nossos rondonienses. Nós temos que entender muito bem isso e saber quais são os benefícios que nós teremos.

Teremos benefícios a contento ou não? Ou é mais uma daquelas pegadinhas? O que nós precisamos entender, agora, é exatamente o que está acontecendo e poder discutir.

Então, parabéns, Deputado Alan Queiroz, os demais deputados. Parabéns à Assembleia Legislativa por mais essa Audiência Pública. Contem comigo durante mais alguns minutos eu estou aqui on-line. Daqui a pouco eu já estou embarcando e não consigo mais falar com os senhores.

Mas, que tenham uma ótima audiência. Deus abençoe a todos. Parabéns, Deputado Alan Queiroz.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Obrigado, Deputado Fernando. Muito obrigado mesmo. Sinta-se à vontade, se precisar se retirar da reunião, está bom?

O SR. FERNANDO RODRIGUES MÁXIMO (Por videoconferência)
- Obrigado.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - E agradecemos também aos que estão participando conosco de forma on-line, interagindo conosco, e, no momento oportuno, também, se quiserem, façam uso da palavra.

Quero também registrar com muita satisfação a senhora Etelvina Rosa de Macedo de Carvalho, garimpeira, e também representante da Coogarima; e também, nesta oportunidade aqui, é sogra do nosso Vice-Presidente Deputado Jean, que é um grande defensor também de todo garimpeiro, do setor de garimpo de Rondônia. Parabéns Deputado Jean. Parabéns também à atuação da sua sogra, Dona Etelvina.

Quero fazer também agora o convite ao Raimundo Holanda Filho, pessoa que eu conheço também há muito tempo. Um lutador, um empresário que tem dedicado muitos anos da sua vida ao transporte, sempre utilizando o nosso rio Madeira. Então, conhece como poucos o tema; conhece, inclusive hoje, todo esse início de tratativa em Brasília pela Antaq, porque também representa uma entidade em nível nacional, que é a Federação Nacional das Empresas de Navegação, Fenavega.

Raimundo, com a palavra, meu amigo, pelo tempo que precisar. Quer usar aqui? Se quiser usar a tribuna. Onde o senhor achar melhor. Pode ir lá.

O SR. RAIMUNDO HOLANDA CAVALVANTE FILHO - Boa tarde a todos. Quero cumprimentar aqui o Deputado Alan, que está acho que presidindo aqui essa Audiência Pública. E agradecer por ter feito essa Audiência a pedido da Fenavega.

Em nome do Deputado Alan, quero cumprimentar o Deputado Jean Oliveira, que também se faz presente. Deputado, é um

prazer revê-lo. Estar aqui na Casa que o senhor é Vice-Presidente para mim é uma honra.

E em nome da navegação brasileira, cumprimentar a Mesa e todos os presentes.

Deputado Alan, é muito difícil falar de navegação para uma plateia que pouco conhece de navegação. Aí eu queria que, se o senhor me permitisse, fazer duas perguntas: se alguém, até entre os senhores deputados, conhece algum porto no Brasil, o nome de um porto ou um porto interessante? Alguém conhece? Com certeza quase todo mundo conhece uma empresa de navegação. Quase ninguém conhece.

Então, a sociedade brasileira, deputado, ainda confunde navegação com o porto. A navegação é mais importante e é bíblica. Quando Noé navegava não existia porto. Então, eu represento a Fenavega, a Federação da Navegação Brasileira, que representa toda a navegação, não é só a navegação interior. E a navegação brasileira é responsável pelo transporte de 98% de todas as exportações brasileiras. Ou seja, nossos navios transportam, em média, 1 bilhão e 200 milhões de toneladas por ano.

Eu vejo que o Presidente do porto de Porto Velho está aqui presente. Rondônia movimenta aproximadamente 16 milhões de toneladas, praticamente 600 mil carretas por ano, só no Madeira. E Porto Velho representa 0,7% de toda movimentação nacional, apesar de todo esse volume.

Eu queria, não sei se o Deputado Federal Fernando Máximo ainda está presente, eu queria responder uma pergunta dele para iniciar a minha fala. Se essa privatização vai trazer algum benefício ou não? Com certeza absoluta, não.

Isso aqui foi feito a quatro paredes. Recentemente, teve uma comissão para tratar desse assunto em Porto Velho.

Acho que faz, aproximadamente, 15 dias; e nenhum dos senhores representantes desta Casa ou da sociedade que tivesse alguma influência foi consultado. Não foi feita uma Audiência Pública nem em Porto Velho, nem em Manaus, nem Humaitá, Manicoré, Borba, Novo Aripuanã, que alguém pudesse se manifestar a favor ou contra o PGO.

Nós tivemos notícia do PGO, mesmo representando a navegação brasileira, através dos jornais. Essa pretensão, Deputado Alan, é antiga. Nós estamos há dez anos trabalhando para que não venha ter futuro essa questão da privatização do Madeira. O Madeira é um rio de difícil navegação, com mudança de canal praticamente todos os dias. E aquilo que se promete para o Madeira é muito fantasioso. Então, eu acho que não tem nada que justifique a privatização do Madeira.

Muito se fala, Deputado Alan, de dragagem do Madeira. Eu tenho acompanhado esses 12 ou 15 anos que se fala de dragagem do Madeira e já foi assunto de denúncia da Fenavega no Ministério Público, como foi de várias denúncias na época do Deputado Marcos Rogério, na Câmara dos Deputados, em Brasília. E execução de dragagem sendo feita até com draga de garimpo. Então, tudo aquilo que se diz que se faz no Madeira é muito fantasioso, porque diferentemente de uma rodovia, a sociedade anda na rodovia. Quando bate em um buraco, ele fotografa. A imprensa anda na rodovia.

Os senhores deputados conhecem a rodovia 364 muito mais do que eu, mas só quem passa no rio Madeira, porque o rio Madeira não é uma hidrovia. Temos que tirar essa alcunha de hidrovia do Madeira. O Madeira é um rio navegável. E só quem passa é a nossa tripulação que, por sinal, não tem como se manifestar para que tenha voz e que chegue até a nossa sociedade.

Eu queria alertar os senhores, não só senhores deputados, como todos os senhores rondonienses e senhoras que estão aqui presentes. Rondônia tem se destacado no cenário nacional pelo agronegócio, Deputado Alan e Deputado Jean, mas poucos sabem que a soja produzida no Estado de Rondônia só é viável para exportação, e só é viável para exportação pelo rio Madeira.

A soja produzida em Rondônia, hoje, ela é sequer viável para esmagar em Rondonópolis, para que atenda o mercado nacional. Ora, nós não temos dúvida - e essa é uma preocupação da Fenavega -, de que acontecendo essa privatização, nós, com certeza absoluta, Deputado Alan, nós vamos repassar no frete e quem vai pagar a conta são os senhores, todos que estão aqui.

São os senhores que vão pagar a conta, porque através da navegação pelo rio Madeira nós abastecemos Rondônia, o noroeste do Mato Grosso e o Acre, de derivados de petróleo. São dois bilhões e quinhentos milhões de litros de derivados de petróleo transportados todos os anos para abastecer Rondônia. Todo o gás - tanto da AmazonGás, como da Fogás - é oriundo de uma empresa de navegação, também. E que está presente na casa de todos os senhores.

Então, a navegação está muito presente e essa privatização é mortal para o agronegócio de Rondônia e tudo aquilo que se produz em Rondônia para exportação. Para nós que estamos no dia a dia em Brasília discutindo navegação foi uma surpresa o PGO. Já chegaram com o PGO pronto: "Olha, nós vamos privatizar a Lagoa Mirim, lá no Rio Grande do Sul; depois nós vamos privatizar o Madeira." Eu pergunto uma coisa aos senhores: por que não se faz uma hidrovia para depois privatizar? A última reunião que eu estive - e estava presente o Diretor do Departamento Nacional de Transporte Aquaviário, Doutor Dino, eu acho que é Dino Antunes, e eu

perguntei ao Dino: "E de onde veio o recurso?" Ele disse: "De vocês. Nós primeiro vamos captar os recursos para depois executar a obra".

Ora, não existe isso em lugar nenhum do mundo, deputado. Então, nós temos que estar muito atentos a esse projeto e temos que estar muito atento de quanto Rondônia vai pagar pela privatização do Madeira. O custo que a sociedade rondoniense vai pagar. Eu não estou aqui defendendo a navegação, somente. Eu não tenho dúvida nenhuma, senhores, que na hora que eles passarem a cobrar da navegação, nós vamos repassar no frete. Isso é a única dúvida que eu não tenho, até porque nós não temos como acumular esse custo.

Então, eu acho que esse pensamento, a Antaq, o Ministério de Portos têm que vir, sim, nesta Casa, têm que ir na Assembleia Legislativa do Amazonas; têm que promover audiência pública com a sociedade para explicar, realmente, os fins de todo esse projeto que a sociedade não conhece.

Então, eu queria aqui fazer um alerta aos senhores: isso é grave, tudo aquilo que foi feito no Madeira, hoje, foi uma mera pincelada. A tão falada - e eu discuto com qualquer um, eu vi que o Doutor Bruno da Antaq estava aí presente -, que se fala da dragagem do Madeira, isso não existe. A dragagem é pontual, você passa em um ponto, não sabe se passa no outro. Começa de Porto Velho para baixo e são pontuais, e que não é acompanhado por nenhum órgão, Deputado Alan.

Na dragagem, a raposa toma conta do galinheiro. Senhores me perdoem de dizer isso: quem confere aquilo que foi dragado para que o governo pague é quem faz a dragagem. Então, vocês imaginam, nós que somos caboclos aqui da região, o rio Madeira deu um repiquete, subiu um metro, o cara diz que dragou um quilômetro por um quilômetro, subiu um metro, ele

não tirou nem um grama de areia, vai dar milhares e milhares e milhares de metros cúbicos.

Eu não estou dizendo que existe, deputado, mas é uma questão a ser levada a sério que há muitos anos eu venho falando isso em Brasília. É só pegar o histórico de acidentes de navegação no rio Madeira todos os anos. Esse ano foram mais de 100 encalhes, foram vários barcos que foram para o fundo, foram vários acidentes. Então, não justifica alguém chegar aqui e dizer: "Olha, nós fizemos uma dragagem e melhorou a navegabilidade no Madeira." Pois não, deputado?

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Raimundo, e também com relação à questão da segurança, os assaltos que vêm ocorrendo constantemente.

O SR. RAIMUNDO HOLANDA CAVALCANTE FILHO - Deputado Alan, por sinal hoje, saiu uma reportagem e isso aí foi fruto de uma reunião que houve na CNT (Confederação Nacional de Transportes), eu até comentei com o senhor, e que estava o Ministro Flávio Dino, que um 1/3 da população da Amazônia Legal vive sob a custódia, vive sob a mão-de-ferro do tráfico.

Então, o que acontece? Isso aqui não é fala minha, isso aqui está no New York Times, que o rio Negro é do PCC (Primeiro Comando da Capital), que o rio Solimões é da Família do Norte. Então, essa questão de pirataria começou muito pequena, e hoje nós somos assaltados praticamente todos os dias.

E ainda bem que o senhor lembrou, deputado, que eu queria saber que se esses assaltos continuarem acontecendo, se a concessionária que vai cobrar o bendito pedágio ou

"nadágio" – eu acho que "nadágio" seria um termo até mais adequado para os rios – se eles vão dar segurança a esse tipo de incidente, que ocorre todos os dias. Então, é uma pergunta pertinente. Todos os dias se assaltam, todos os dias nós denunciemos e, na Amazônia – para o senhor ter uma ideia –, pelos cálculos da Fenavega, esse ano nós vamos ultrapassar R\$ 200 milhões de prejuízo só de atos de pirataria na região Amazônica.

Então, o Madeira hoje é um dos piores rios. Se você quebra um barco hoje, no Madeira, ou se você tem algum acidente, com certeza absoluta o seu barco vai ser saqueado. Não tenha dúvida absolutamente que vai ser ao contrário. A gente vem denunciando a cada ano, a cada Ministro de Justiça que passa... Por sinal, o Ministro Flávio Dino estava lá na CNT (Confederação Nacional do Transporte) agora, na quarta-feira passada, e por isso surgiu essa matéria que era a primeira matéria da UOL (*site* Universo Online), na página da UOL hoje.

Então eu faço uma pergunta. Se o Bruno estiver ainda on-line, se nesse Plano Geral de Outorgas, os assaltos que acontecem na região Amazônica, onde os rios vão ser privatizados, se realmente alguém vai arcar com essa despesa. Ou – me perdoe a expressão, viu deputado? – será que é o armador ou a população que vai "pagar o pato"? Porque isso é um custo para a navegação. E esse custo é repassado no frete. Então, é muito bom que nós fiquemos atentos a tudo isso, aos acidentes, os encalhes, essa coisa toda.

E toda experiência que nós temos, de todas as ações feitas pelo governo até hoje, nos rios da Amazônia, elas foram negativas. As dragagens não funcionaram, o senhor Fernando está aqui presente, os IP4 (Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte), que os senhores não sabem o que é, tipo o Cai N'Água, o Porto de Manicoré, o Porto de Humaitá,

o Porto de Borba, de novo o Aripuanã, nenhum funciona. Só funcionam um determinado período. Quando vem a cheia, para tudo, conserta tudo, volta tudo a funcionar, no período da cheia, para novamente. Então, nós temos uma experiência muito negativa de tudo aquilo que o governo federal investiu na navegação brasileira.

Então, eu queria deixar mais uma vez um alerta, estou aqui à disposição. Eu não preparei nenhuma apresentação de que a sociedade rondoniense fique atenta, porque ela vai pagar a conta. A AmazonGás é uma empresa de navegação. Na casa dos senhores, quem não tiver fogão elétrico, com certeza absoluta, tem uma botija de gás. A AmazonGás também é uma empresa de navegação. As distribuidoras de petróleo, tipo a Atem, Equador, Equatorial, todas são uma empresa de navegação. A navegação está mais presente, deputado, na vida do rondoniense do que os senhores possam imaginar.

Nós temos em porto hoje – e eu vi o senhor Bruno falando em investimento –, só da iniciativa privada eu acredito que nós ultrapassamos R\$ 5 bilhões investidos em portos, entre os terminais de grãos e os terminais de derivados de petróleo com recursos do empresário, com recurso do armador. Não tem dinheiro do governo. Talvez seja por isso que a sociedade não conheça a navegação brasileira. Os recursos são próprios.

Então, eu agradeço, mais uma vez, fico à disposição para qualquer pergunta aqui. E alerto a todos os senhores: vindo a privatização, o gás fica mais caro, o petróleo fica mais caro; a carne do Estado de Rondônia para exportação para o mercado internacional perde a competitividade; o café que é exportado pelo Estado de Rondônia perde competitividade. Por quê? Porque vai ter um reajuste de frete. Então, a Fenavega é contra não só a privatização do rio Madeira, mas como é contra a privatização de qualquer rio.

Eu não vou falar em hidrovia porque no Brasil não existe nenhuma hidrovia. A que mais se parecia hidrovia era Tietê-Paraná e, por sinal, ela teve um período muito grande de seca. Eu acho que era a única hidrovia seca do mundo. Era a única hidrovia que não existia, na realidade, navegação. Então, é bom que os senhores fiquem atentos e que divulguem. E que os senhores deputados chamem. Nós não somos contra privatizar, mas somos a favor de que primeiro faça. De que primeiro comprove que o que eles estão dizendo é verdade. Porque, até hoje, tudo que fizeram realmente não trouxe benefício nenhum. Nem para navegabilidade, nem para a segurança da navegação.

Então, eu fico aqui à disposição dos senhores. Me perdoem, a fala, ela tá junto com um pouco de revolta. Porque a coisa mais fácil que existe hoje na vida, é tirar dinheiro do armador. É mais fácil tirar dinheiro do empresário de navegação do que tirar bombom de boca de criança. A gente tem trabalhado e nós vamos ficar atentos. Sempre trabalhando no propósito de que, se houver privatização, primeiro, tem que comprovar que foi feita alguma coisa e que transformou o nosso Madeira em hidrovia. Para que depois, privatize e comprove que o que eles estão falando realmente é verdade. Muito obrigado a todos.

O SR. ALAN QUEIROZ - Obrigado. Obrigado Raimundo. Obrigado pela sua participação. Foi muito importante.

Quero só, tive aqui um comunicado que o Senador Jaime Bagattoli está também em condições de entrar on-line. Se puder também, permiti-lo, porque eu sei que a dificuldade é muito maior para quem está distante, do que a gente que está aqui. Por mim, a gente pode avançar um pouco mais no horário aqui e dar a fala para todos. Mas, se ele puder, lincar ele

agora. Vou conceder a palavra ao nosso Senador Jaime Bagattoli. Eu também estive em seu gabinete, de todos os senadores também fazendo o convite, para estar participando conosco. Senador com a palavra.

O SR. JAIME MAXIMINO BAGATTOLI (Por videoconferência)
- É, está ouvindo aí Deputado Alan?

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Estamos ouvindo bem.

O SR. JAIME MAXIMINO BAGATTOLI (Por videoconferência)
- Quero cumprimentar o Deputado Alan Queiroz. Todos os Deputados Estaduais que estão aí. Ao Bruno, da Antaq. Cumprimentar todos os garimpeiros, os empresários, produtores rurais, a todos que estiverem nessa Audiência. Mas, eu quero cumprimentar as palavras, primeiramente, aqui do Presidente Raimundo Holanda, da Fenavega.

Ele falou a coisa mais correta que pode existir. Primeiramente, eu quero falar para vocês, que o povo do Norte é o povo mais pobre. O povo do Norte já é um povo sofredor. O nosso povo aí, vocês já estão vendo todas as consequências que nós estamos tendo no campo. Consequência dos garimpeiros que não são legalizados para trabalhar. As consequências da situação nossa, da produção.

Consequências de onde eu estive essa semana, em uma Audiência Pública que a Senadora Tereza Cristina presenciou. Ela que organizou e ela que estava na presidência dessa comissão. Sobre aquela jazida de Autazes que nós temos. É a maior jazida de potássio do mundo. Nós poderíamos ter, o potássio mais barato do Brasil. Hoje, nós temos o mais caro.

E nós temos uma importação de potássio para produção brasileira, dos insumos, dos fertilizantes, de mais de 90%.

Quando se privatizar... E agora vem ainda mais essa aí. Para se privatizar a hidrovia. Como você vai privatizar uma hidrovia daquela aí? Esse rio, é um rio podemos falar que é um rio jovem. É um rio que ele muda de lugares todos os anos. Eu conheço uma boa parte desse rio. Eu digo para vocês, já vai privatizar a BR-364. Eu vi o Deputado Federal Miguel de Souza, talvez do Miguel vai entrar aí também. Já vai privatizar a BR-364. Mais um custo para o setor produtivo. Querem para privatizar essas hidrovias para alguém levar vantagem com isso.

Então, eu quero dizer aos deputados, ao Governador do Estado de Rondônia, ao setor produtivo, a Aprosoja (Associação Brasileira dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Rondônia), que todo mundo esteja unido. Eu vou falar uma coisa para vocês: nós não podemos mais deixar que onere o nosso setor produtivo aí no Estado de Rondônia. Nós estamos já no final da linha, pode se dizer. Tudo que é produto que vem hoje é oriundo de Paranaguá, que vem por caminhão, é caro. E nós sabemos que os módulos de transporte o mais barato é o marítimo; depois, o fluvial, o ferroviário, o rodoviário e aeroviário. A única hidrovia que realmente funciona é aquela do rio Tietê, muito pouco. Boa parte do ano não funciona. Quem nos garante que, depois de privatizar uma hidrovia dessa aí, que vai dar sequência? Que é igual o Bruno falou, 95%. Isso ninguém vai garantir, ninguém vai garantir.

Então, se tem alguém que tem que fazer algum investimento aí, é o governo federal. O governo federal tem que botar investimento. Agora, mais uma coisa, mais um custo para a iniciativa privada. Até onde que nós vamos chegar com isso? Daqui a pouco vai privatizar a saúde, vai privatizar

segurança e não vai ser feito uma reforma administrativa nesse país. Esse país aqui está passando dos limites. Nós estamos com uma reforma tributária para onerar mais os custos em cima da produção.

Então, eu não quero mais me alongar aqui. Eu só quero dizer o seguinte: esse detalhe, esse debate dessa situação da privatização dessa hidrovía tem que ser debatido com muita cautela. Nós precisamos depois, igual falou o presidente aí, a hora em que... se um dia tiver tudo, tudo certinho, tiver balizamento, tiver tudo certo... Agora, vocês querem privatizar uma situação de uma hidrovía às custas do setor produtivo? Não. Não. O setor produtivo não pode mais pagar por isso.

Então, eu queria dizer para vocês: eu não pude estar aí, porque nós não temos aeronaves mais. Nós temos mais esse problema dos voos que nós temos aí em Rondônia. A gente tem conversado com as empresas aéreas, com a Gol, com a Azul, com a Latam. Infelizmente, existem diversos problemas. Eles não têm realmente... parte dessas aeronaves eles devolveram. Está uma situação crítica isso aí, e a gente não pôde estar aí, igual o Deputado Federal Fernando Máximo também não pôde estar aí, igual os outros deputados e outros senadores queriam estar aí.

Então, eu queria que isso ficasse para uma nova oportunidade, que a gente tivesse um outro debate à frente sobre essa situação

De mais a mais, meu muito obrigado e um abraço a todos que estão presentes nessa Audiência.

(Às 16 horas e 55 minutos, o Senhor Alan Queiroz passa a presidência ao Senhor Jean Oliveira)

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Agradecer a participação do Senador Jaime Bagattoli.

O proponente aqui, o Deputado Alan, pediu para que a gente continuasse presidindo, e nesse momento eu convido a fazer uso da palavra o senhor Fernando César, Diretor Presidente da Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondônia - SOPH.

E também, eu consultando aqui o nosso proponente, antes de o Fernando fazer uso da palavra, nós vamos ouvir a Mesa, os que estão aqui presentes, e quem da plateia, tanto aqui em cima quanto aqui embaixo, quiser fazer uso da palavra, do auditório também...

O SR. ALAN QUEIROZ - Lotaram aqui e lotaram o auditório... **(fora do microfone)**

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Eu não sei como é que nós vamos fazer com o auditório. Qualquer coisa, quem quiser falar sai lá do auditório, vem aqui para o plenário, pode ficar aqui na parte de cima. A gente vai disponibilizar um microfone sem fio para ouvir essas pessoas. É óbvio que não dá para ouvir todo mundo, mas que a gente possa de forma organizada escutar aqueles que estão participando aqui neste momento desta Audiência Pública. A finalidade realmente é depurar as informações para que, ao final, a gente possa somar isso tudo e tentar fazer um encaminhamento o melhor possível para a população de Rondônia, para a população de Porto Velho, todos que utilizam realmente o rio Madeira.

Então, enquanto isso, eu vou pedir para que Cerimonial passe aqui embaixo e lá em cima, e a gente vai colher as pessoas que querem fazer uso da palavra. Após a Mesa Diretora, a gente vai ouvir a participação daqueles que querem participar.

Com a palavra, Fernando Cesar.

O SR. FERNANDO CESAR RAMOS PARENTE - Boa tarde. Na pessoa do Deputado Alan Queiroz e Deputado Jean Oliveira, eu cumprimento todas as autoridades e todos os presentes aqui nessa Audiência.

É difícil falar depois do meu amigo Raimundo Holanda, porque é uma enciclopédia aqui da navegação. Mas, no entendimento do Governo do Estado, é necessário que a visão do governo federal seja mais adequada à nossa realidade. Eu lembro que, em 2019, quando eu assumi a SOPH, na Diretoria Operacional, eu tive acesso ao Plano Nacional de Logística e o que a gente viu lá foi o entendimento um pouco precário da nossa realidade aqui, tendo em vista que o planejamento todo ficava prejudicado por falta de informações, pois a gente não tinha estudos disponibilizados e colocados para o governo federal, ou então interesse do próprio governo federal, de compreender a nossa realidade para trazer adequações necessárias para compor a nossa necessidade.

Eu vejo que hoje, com o crescimento de todo o Estado de Rondônia, a navegação, que é um ponto forte do Estado, e é uma riqueza que nós temos aqui, que facilita, reduz o custo, ela precisa ser vista com outros olhos. O governo federal recentemente tem intensificado as conversas com o Governo do Estado. Recentemente um grupo de trabalho veio a Porto Velho para tratar de informações, coletar informações da navegação

a partir do Porto Organizado, mas a gente entende que a compreensão ainda está muito longe da realidade.

É necessário que essas adequações que já estão sendo feitas desde 2018, 2019, principalmente quando se trata de navegação e pensa-se em dragagem, elas ainda não atendem as nossas necessidades, tendo em vista que alguns obstáculos na parte ambiental são precários, determinam limitações maiores em períodos em que a navegação é mais prejudicada. E, em função disso, a própria dragagem, o serviço feito acaba não atendendo a contento.

Então, eu acredito que seja necessário que essa visão, esse detalhamento, esse acompanhamento sejam feitos de maneira mais próxima da região, entendendo as nossas necessidades, entendendo as nossas peculiaridades aqui, para que esse serviço seja feito de maneira mais adequada.

Eu compreendo e também comungo com o pensamento do senhor Raimundo Holanda com relação à necessidade desse aprimoramento, da implementação dessa hidrovia, realmente - se é que a gente vai chegar a um estudo adequado da nossa hidrovia aqui. Mas, que ele seja implementado, seja testado, seja avaliado para aí, sim, entendermos se é viável ou não.

A concessão e as próprias empresas que venham a assumir a concessão, ainda é uma incógnita com relação ao impacto financeiro. Nós temos essa necessidade de ampliação também, da capacidade de fiscalização dos órgãos localizados aqui em Porto Velho. A gente entende que o número de fiscais não atende a contento e eu até enalteço hoje a Agência Nacional de Transporte Aquaviário aqui em Rondônia, que vem fazendo um trabalho exemplar, apesar das dificuldades, apesar da necessidade de ter mais profissionais e, realmente, deixa lacunas porque é impossível fiscalizar toda a região. É preciso tratar dessa demanda junto ao governo federal.

Mas, a concessão do rio Madeira, realmente, hoje seria uma situação que estaria sendo entendida a curto prazo. Eu entendo que 2024 para 2025 já seria uma situação que não traria informações suficientes para verificar o impacto, tanto no minério quanto na navegação, porque são muitas informações necessárias e são poucas informações coletadas hoje pelo governo federal.

Então, recentemente o governo federal tem trazido e tem levantado mais informações para essas demandas, mas ainda são insuficientes para que o entendimento de uma concessão nesse momento, seja colocado.

Eu acredito que esse canal de comunicação é importantíssimo e quero enaltecer aqui a iniciativa desta Audiência, para que a gente comece a trazer essas informações à tona. Informações que quem está, realmente, trabalhando na execução, na navegação em si, pode trazer com mais efetividade, não só na navegação, mas em todas as vertentes que trabalham com o rio Madeira, pois o impacto não vai ser só na navegação.

Mas, eu acredito que nós temos vários obstáculos aqui que têm que ser analisados e vistos com mais profundidade. Como a parte ambiental, que hoje nos torna refém de algumas situações e que em momentos de dificuldade na navegação, como nós estamos passando no momento, seria necessário ter uma atuação mais forte da empresa que trata a parte da dragagem e dos serviços podem ainda ser implementados.

Então, nós temos banco de areia, nós temos pedragem, temos várias situações que podem causar acidente. Temos dificuldade com relação à pirataria no rio Madeira, que é um problema muito sério. E, fora isso, a necessidade também da fiscalização em torno do rio Madeira, nas margens do rio Madeira, em vários portos que, de repente, deixam e não

fornecem a segurança necessária para a movimentação portuária.

Então, a autoridade portuária, a Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondônia, está sempre à disposição, busca a interlocução junto com o governo federal para que consigamos trazer mais informações. E é necessária, como foi colocado recentemente, a participação também de quem integra a navegação. As empresas de navegação, os operadores portuários, os armadores, todos que integram as operações. Porque, hoje, o crescimento é de maneira exponencial de equipamentos portuários no Estado, de adequações necessárias nas regiões, para poder compor esse acesso, essas instalações portuárias. Elas precisam ser vistas de maneira mais prudente. Mais prudente, porque hoje nós temos situações que, de maneira clandestina, colocam em risco não só a navegação, mas também todos os trabalhadores que estão envolvidos nas operações.

Então, eu acredito que o Governo do Estado se coloca à disposição, fica sempre atento às movimentações do governo federal com relação à concessão do rio Madeira e tenho o entendimento de que temos que fazer alguma coisa. A via para que isso seja realizado pode ser, de repente, esses estudos, mas discutidos de uma maneira mais profunda, um debate mais intenso para que essas informações sejam trazidas à tona e consigamos trazer um resultado, uma situação mais adequada para nossa região.

O Governo do Estado tem o entendimento de que a nossa logística aqui hoje, precisa de uma atenção especial. Nós temos vários investimentos sendo feitos no setor portuário aqui do Estado. E no entendimento do crescimento econômico do Estado é necessário que essa visão, não só na saída para o Atlântico, mas como na saída para o Pacífico também, fique mais forte, o debate se aprofunde cada vez mais para o

crescimento do Estado. O setor portuário necessita de uma visão mais carinhosa com relação a isso. Precisa realmente de investimentos, precisa realmente de um trabalho em conjunto com o governo federal para que tudo isso avance de maneira adequada.

Então, eu acredito que nesse momento é o momento de analisarmos as ações que vão ser executadas, discutirmos com o governo federal para que consigamos evoluir juntos nessa demanda. É uma demanda importante, vai afetar diretamente a economia do Estado. A gente falou aqui em torno, foi falado R\$ 10 milhões, R\$ 16 milhões, mas tem o que a gente registra e o que não é registrado. A Antaq hoje faz o registro da movimentação do que é oficial. Mas, existe muita coisa que é movimentada no rio Madeira, de maneira inadequada e que foge de todo esse escopo de acompanhamento dos órgãos fiscalizadores.

Então, eu acredito que é uma demanda importante, não podemos fechar os olhos para isso. É necessário que nos consigamos trazer, o governo federal, para a conversa, para que possamos evoluir da maneira mais adequada para a implementação desse serviço, mas precisa-se avançar na regularização e nos ajustes necessários. Eu não sei se vai chegar à hidrovia, seria o ideal, mas eu acredito que várias adequações, em parceria com o governo federal, trabalhando com o Ministério do Meio Ambiente, trabalhando com o setor do meio ambiente do Estado, nós conseguiríamos trazer uma viabilidade maior na movimentação, uma segurança maior e pensando já numa hidrovia mais à frente.

Eu acredito que hoje o Estado de Rondônia está crescendo a uma proporção que ele vai começar a criar gargalos. E esses gargalos precisam ser resolvidos para que a gente consiga avançar cada vez mais na economia do Estado.

Deputado, eu coloco à disposição a Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondônia junto com todos os operadores portuários e todos os armadores que estão localizados no Porto Organizado; fazem um trabalho responsável ali, buscando atendimento a todas as normas regulatórias e é necessário que a gente consiga avançar de maneira adequada, mas trazendo esse olhar mais profundo com relação a quem depende do rio Madeira.

São situações e serviços diferentes, trabalhos diferentes sendo executados no rio Madeira, exploração que é feita no rio Madeira e que pode ser feito de maneira mais adequada. Mas, é necessário que esses estudos avancem para que a gente consiga tratar, tanto a parte das tarifas que vão ser tratadas para manutenção da concessão na navegação, na exploração, que sejam feitas de maneira adequada a não interferir no crescimento econômico do Estado. Ok? Muito obrigado.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Obrigado, Fernando, pela palavra. Registrar aqui a presença do nosso Presidente, Marcelo Cruz, que veio participar desta importante Audiência Pública.

E agora, para fazer uso da palavra, a Tânia Sena Alves, representando aqui as cooperativas Coogam (Cooperativa dos Garimpeiros da Amazônia), a Coogarima (Cooperativa de Garimpeiros do Rio Madeira) e a Minacoop (Cooperativa dos Garimpeiros Mineração e Agroflorestral).

O SR. ALAN QUEIROZ - Presidente, só uma Questão de Ordem antes da fala da Tânia. Só para fazer um registro. Somente lá no outro auditório nós temos 389 pessoas sentadas,

acompanhando a nossa Audiência Pública. Além das pessoas que estão aqui no plenário. Agradecer imensamente. Nos sentimos muito honrados com a participação de todos.

Agradecer imensamente ao nosso Presidente, Deputado Marcelo Cruz, que tem feito um trabalho sensacional à frente da Presidência. Nosso parceiro, foi vereador comigo. É uma honra tê-lo conosco nesta Audiência Pública, Presidente. Muito obrigado por todo o apoio que o senhor dá aos parlamentares. A nossa Casa tem realmente toda a estrutura necessária.

E dizer, presidente, que o Bruno, representante da Antaq, pediu para que possa, em algum momento, voltar à fala, que ele quer complementar alguma informação. Se assim, e no momento que Vossa Excelência achar necessário.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Vamos fazer o seguinte. Vamos ouvir a Tânia, após a fala da Tânia a gente volta para o Bruno.

A SRA. TÂNIA OLIVEIRA SENA ALVES - Boa tarde a todos. Em primeiro lugar eu quero agradecer a oportunidade e cumprimentar a Mesa em nome do Deputado Alan Queiroz. Quero agradecer a presença de cada um que veio aqui hoje. Eu sei o quanto é difícil vocês estarem aqui, mas, graças a Deus, atenderam ao nosso chamado e se fazem presentes aqui hoje para mostrar a nossa força, que eu acho importante.

Agradecer aos meus amigos da Coogarima e da Minacoop, que me deram a oportunidade de aqui falar por nós. Eu me chamo Tânia, sou presidente da Cooperativa dos Garimpeiros da Amazônia e sou nascida e criada no garimpo.

Eu não sei há quanto tempo os portos estão aí, não estudei sobre isso, mas eu quero lembrar a todos que o garimpo está aqui desde o final da década de 1970 e início da década de 1980. O garimpo já existia. Se foi antes ou depois que começaram os portos, eu não sei. Mas, o garimpo sempre esteve. O garimpo sempre foi atropelado em nome da melhoria nacional. Foi assim com a entrada das usinas, porque o garimpo existia lá em cima. Vieram as usinas, atrapalharam o garimpo. Viram que atrapalharam, fizeram um plano de mitigação para indenizar ou melhorar os equipamentos; nada aconteceu e as usinas estão aí e o garimpeiro se adequou.

Aqui embaixo, no Baixo Madeira, a primeira PLG, que é a Permissão de Lavra Garimpeira, foi outorgada à Minacoop em 2007. E, de repente, depois de alguns anos, quando foram renovar, não pôde mais renovar a licença ambiental porque tem um decreto que proíbe. Ok, tudo bem.

Mas aí, agora, surge o Plano de Outorga Hidroviário. Que mais uma vez atropela o garimpo, desrespeita o garimpeiro, desrespeita a PLG, desrespeita o trabalho que o garimpo desenvolve. Porque, eu li o Plano e única coisa que fala aqui no Plano em relação ao garimpo é: riscos e entraves ao Plano Geral de Outorga. Outro entrave também identificado foi a presença de elementos que trazem insegurança à hidrovia, como o garimpo ilegal; ou ainda grupos de assalto a embarcações.

Mas, o garimpo não é ilegal. A PLG (Permissão de Lavra Garimpeira) está ativa. O que não existe por falta de vontade – digamos assim – do Estado é a licença ambiental. Quem outorga PLG para o garimpo é a Agência Nacional de Mineração. E ela deu. O garimpeiro tem o direito de trabalhar. Ele está impedido hoje de trabalhar por causa licença ambiental. E ele está respeitando. Você sabe por quê? Porque quando ele

não respeita, os equipamentos dele são queimados. O garimpo gera emprego, renda e traz riqueza para o Estado.

Nós fizemos um estudo, que apresentamos para o Deputado Fernando Máximo, para o Senador Jaime Bagattoli – entreguei hoje para o Deputado Alan Queiroz. Só de combustível, só de imposto de combustível. Oitenta e cinco – eu estou dizendo só oitenta e cinco – dragas trabalhando geram para o Estado R\$ 2 milhões e 700 mil por mês de imposto. O garimpo traz emprego, renda, riqueza, gera imposto, famílias são sustentadas, o comércio gira. Aqui no meio da plateia que nós convocamos hoje tem não só garimpeiros, mas o comércio está aqui, porque o comércio está diretamente afetado com essa destruição dos equipamentos que houve.

E aí eu estava ouvindo agora o Bruno, da Antaq, falando sobre a dragagem do rio. Aí eu pergunto: o garimpeiro não pode trabalhar, sustentar a sua família, gerar riqueza, emprego e renda para o Estado. O garimpeiro não pode dragar. Mas, as empresas de fora podem dragar para a navegação funcionar. O garimpo não pode funcionar. O garimpo não pode funcionar. O garimpo é proibido de funcionar.

Ali acima das usinas, nós estamos com a maior dificuldade. Mas, a mesma draga que não pode trabalhar, porque dizem que polui o meio ambiente, é a draga que usa para desobstruir as comportas da usina, porque senão fica entupida. O garimpeiro precisa ser respeitado. O garimpo precisa ser respeitado. Todo mundo precisa ser respeitado. O agronegócio precisa ser respeitado. O ribeirinho precisa ser respeitado. Não se contempla nesse Plano Geral de Outorgas o garimpo, o ribeirinho que já estão aí.

É muito fácil vir lá de fora, como o Bruno mesmo falou, “eu estou aqui em uma sala, eu não posso dizer como vai ser...”. Não, não pode. Não, não pode. Porque o garimpo já

existe, porque o garimpo merece ser respeitado, porque o garimpo merece ser contemplado. O ribeirinho merece ser contemplado. Já chega as mentiras que acontecem com relação ao garimpo, uma mídia que é contra, uma mídia que está aí publicando mentiras com relação ao garimpo.

Eu apresentei aqui também hoje um estudo das usinas, do Jirau, que acompanha a contaminação do mercúrio, dizendo que o rio não está contaminado com mercúrio, como é falado. A contaminação do mercúrio no rio está abaixo do permitido. E ainda diz, como eu já dizia, a gente já dizia há muito tempo, que boa parte desse mercúrio é de origem natural, não é do garimpo.

Deixa o garimpeiro trabalhar. Legaliza a área. Dá responsabilidade para as cooperativas. Nós estamos aqui. As cooperativas estão pedindo "pelo amor de Deus, dá área para a gente trabalhar que a gente vai legalizar o pessoal, que a gente vai controlar, que vai todo mundo trabalhar direito, que vai poder se navegar e se trabalhar". Cabe todo mundo. É só ter boa vontade. O que não está acontecendo.

Então, eu peço que antes de se fazer reunião, audiência pública para saber como é que vai ser esse Plano Geral de Outorgas, que os garimpeiros estejam presentes nas reuniões. Nós também somos pessoas importantes na geração de emprego e renda desse Estado. Somos pessoas responsáveis. Aqui não tem ninguém irresponsável, ninguém irresponsável. Somos pessoas responsáveis, cooperativas legalizadas e pessoas que não estão em cooperativas e vão entrar, porque são pessoas que querem trabalhar, que merecem um respeito, seja de draga, seja de balsa, seja do que for.

O garimpeiro merece respeito e não pode ser tratado dessa forma. Não pode. O garimpeiro, como dizem, não é bandido. Então, eu espero que nessas reuniões, eu espero que

nesses projetos o garimpeiro esteja presente, seja representado. A gente está aqui para representar. Muito obrigada.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Obrigado, Tânia, pelas palavras.

Eu queria dizer que o debate com relação ao garimpo precisa acontecer. Na fala da Tânia, a Tânia disse que o garimpo ainda não está legalizado por conta de uma questão ambiental que o Estado ainda não quis resolver. Na verdade, o Estado quis, sim, resolver. Nós tivemos uma decisão judicial contrária. E eu acredito que nós precisamos rever essa situação, precisamos conversar com o Tribunal de Justiça, conversar com o Ministério Público.

Esta Casa, que tem o poder de legislar juntamente com os órgãos de controle, com o Tribunal de Justiça que, junto com o Ministério Público, são os fiscais da lei; o Executivo, que é quem vai executar, juntamente com os garimpeiros, a gente precisa fazer essa série de estudos, esse debate de forma até científica, técnica, muito mais do que política.

A gente precisa avançar nessa pauta, porque realmente o garimpo é um meio de sobrevivência do rondoniense. O rio Madeira tem uma riqueza incalculável de minérios e que precisam ser minerados de forma respeitosa, de forma ambientalmente equilibrada, e o garimpeiro não quer fazer isso de forma irresponsável.

O garimpeiro quer caminhar na lei, o garimpeiro quer oportunidade de trabalhar. E o maior fiscal do meio ambiente, com toda certeza, vai ser o garimpeiro legalizado. Com certeza absoluta. Não é o Governo do Estado que vai ser o maior fiscal. O maior fiscal vai ser o próprio garimpeiro

que está legalizado, porque ele não vai permitir que o clandestino, ilegal, venha atrapalhar a extração de forma legítima, legal, acompanhada pelos órgãos de controle, acompanhada pelo governo. E dessa forma nós vamos gerar riqueza para o Estado de Rondônia.

Então, o debate do garimpo precisa, com toda certeza, acontecer sem nenhum tipo de dogma, naquele pensamento retrógrado que "não podemos discutir sobre hipótese nenhuma o garimpo, porque garimpeiro é bandido." Esse pensamento não cabe para uma autoridade que representa a população, seja nesta Casa, seja no Executivo ou nos Poderes Judiciário, Ministério Público - estão aqui nossos representantes -, em nenhum desses lugares públicos pode ter uma autoridade que entende, que pré-julga, um trabalhador como o garimpeiro. Se existe bandido, existe em todas as áreas da sociedade e é para isso que existe lei, para a gente depurar o joio do trigo.

Então, realmente, o debate tem que acontecer e nós precisamos, de uma vez por todas, legalizar. Isso foi um equívoco que aconteceu anos atrás. A tecnologia avançou. Hoje, o garimpo não é o mesmo de 20, 30, 40 anos atrás. O garimpo hoje é muito mais bem organizado e tem a capacidade de fazer essa mineração com responsabilidade.

Então, eu sei que aqui, hoje, nós estamos falando da hidrovia, mas esse debate, Deputado Alan, Deputado Marcelo, a Assembleia Legislativa - eu falava com a Doutora Laila de Oliveira - que nós pretendemos fazer junto com o Ministério Público; pretendemos fazer junto com o Tribunal de Justiça; junto com o Secretário de Meio Ambiente; junto com os garimpeiros, para que a gente possa construir uma legislação a várias mãos. Porque, o objetivo nosso é o quê? É fazer o garimpo poder produzir e quem vai ganhar com isso é o Estado de Rondônia.

O governo vai ter sua participação, Assembleia, Ministério Público, Tribunal de Justiça, vai aumentar a arrecadação do Estado com a produção legalizada do garimpo. Então, eu só queria dizer isso, que é uma pauta que nós vamos encampar junto a esta Casa.

Obrigado, Tânia, eu só queria fazer essa consideração, que é muito importante dizer, que essa tentativa já existiu. Houve um entendimento que a gente precisa reformá-lo e eu tenho certeza absoluta que de forma técnica, comprometida, a gente vai conseguir fazer isso.

O SR. JOSÉ MILTON DE AGUIAR ARAÚJO - Deputado Alan e Deputado Jean. Com certeza, se existe o pirata, não é garimpeiro. Se existe o pirata não é garimpeiro. Um policial detém 1.000 garimpeiros com um revólver 38. Eu já falei isso em outras vezes aqui. O garimpeiro abdica do seu lar, do seu conforto, para ir para o garimpo trabalhar. Então, o que acontece, essas piratarias, é fácil combater. Isso aí não é o garimpeiro, com certeza.

Falando na Tânia, Tânia o garimpo do Madeira existe desde 1979 para 1980. Meu pai foi o descobridor do garimpo do Madeira. Falo com propriedade. O garimpo em Rondônia começou em 1970 para 1980, através da cassiterita, ouro e pedras semipreciosas. Então, o meu pai tinha 15 pesquisadores, descobriram o garimpo do Madeira e graças a Deus até hoje, esse garimpo sustenta e forma milhares de promotores, advogados, deputados. E sustenta esse povo maravilhoso que está aí até hoje. Beleza? Obrigado. Desculpa aí.

O SR. JEAN OLIVEIRA (Presidente) - Não por isso. Obrigado pela sua participação. O Bruno, que está com a gente on-line, vai voltar, da Antaq. Bruno, da Antaq, vai fazer um complemento da sua fala.

O SR. BRUNO DE OLIVEIRA PINHEIRO (Por videoconferência) - Deputado Jean, obrigado pela oportunidade; cumprimentar o Presidente da Casa, o Deputado Marcelo Cruz, e agradecer as intervenções do senhor Raimundo Holanda, o Senador Jaime, o presidente da SOPH e da Doutora Tânia.

Fazer uma breve explicação, senhores deputados, senhoras e senhores presentes. Primeiro, a fala do senhor Raimundo Holanda, há uma pequena confusão entre PGO e o Projeto da Hidrovia. O PGO da Antaq, a gente começou a construção do PGO em 2021 e o que é o PGO? É uma ferramenta de planejamento de uma agência reguladora dizendo: "Olha, sociedade, investidores, eu vou começar estudar alguns empreendimentos." Isso para a publicidade, para a sociedade, o que a Antaq irá fazer nos próximos anos. E a gente conseguiu o nosso objetivo que, com a publicação do PGO e com a disseminação do PGO, a gente está tendo essa Audiência Pública hoje. E vão ter outras mais.

Então, uma coisa é o PGO, desculpe, não foi feito transparência, é um planejamento da agência, a gente sentou e fez o planejamento dela. E a agência: "Esse é meu planejamento, eu vou começar a estudar." A gente está no início dos estudos, senhoras e senhores. Eu peço aos senhores um voto de confiança à essa agência reguladora. O senhor Raimundo Holanda falou: "Ah, a carga vai pagar a conta, a sociedade rondoniense vai pagar a conta". Mas, essa conta a gente ainda não tem. A gente vai fazer essa conta e apresentar aos senhores. É esse tempo que eu estou pedindo.

Eu vou botar na balança os 100 acidentes anuais, que o senhor Raimundo Holanda disse, com o custo da tarifa. Se a tarifa for maior do que o prejuízo, que ele citou, dos acidentes que tem na hidrovía no rio Madeira, não é interessante fazer a concessão. É melhor deixar os acidentes, que são mais baratos. Se o estudo provar que os acidentes são mais baratos que a tarifa, a gente não faz a concessão.

Se, nos nossos estudos – nosso, mais uma vez, não é da Antaq, é de nós todos, da Audiência Pública, a gente vai conversar – ficar comprovado que o prejuízo com os acidentes – mais de 100 acidentes no ano, que o senhor Raimundo Holanda disse – são maiores do que o valor da tarifa, eu acho interessante a gente fazer a concessão. Se a concessão der melhor sinalização, melhorar a dragagem, melhorar a navegabilidade do rio e diminuir, mitigar os acidentes, a gente conseguiu um benefício para a sociedade. Então, vale a pena conceder.

Eu lembro da minha apresentação, orientação do Ministro Costa Filho e da diretoria da Agência: tem que trazer benefício à sociedade. Se a concessão não trouxer benefício à sociedade, a gente não vai para a B3 bater martelo. Não vai ter nem edital. Se trouxer benefício à sociedade, com certeza, se Deus quiser, esse ponto é da B3 em 2025. E o projeto, a sociedade vai conhecer. Eu só não estou apresentando o projeto agora porque eu não tenho o projeto pronto. Não tem nem o semipronto para mostrar aos senhores.

Como senhor Raimundo Holanda disse, que a gente esteve em Porto Velho para conversar com os investidores. A Fenavega foi ouvida. “A gente está pensando em fazer a concessão, o que vocês acham? O que que vocês acham? O que vocês acham?” Voltamos para casa, estamos aqui fazendo os estudos.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Bruno, o senhor Raimundo gostaria de fazer uma pergunta. Peço para o senhor Raimundo ir ali na tribuna fazer essa pergunta. Aí a gente consegue... Para o senhor responder, Bruno, por favor.

O SR. RAIMUNDO HOLANDA CAVALCANTE FILHO - Ok. Senhor Bruno, boa tarde. Eu gostaria de fazer uma pergunta para você. É do seu conhecimento de que na hidrovia... Não vou chamar de hidrovia lá também porque não é hidrovia, na Paraguai-Paraná ali - que navega de Ladário até o Uruguai - , cinco países usam esses rios para navegação, inclusive para grande exportação de minério pela navegação pelos portos da Argentina e pelos portos do Uruguai. Agora, recente, não tão recente assim, a Argentina resolveu cobrar pedágio na área que pertence à Argentina, dentro do seu território.

Salvo engano a última matéria que eu li, pelo embate que houve entre o Brasil, o Paraguai, a Bolívia e o Uruguai, que se manifestaram totalmente contrários à Argentina, inclusive o Brasil foi o mais forte. E isso é matéria do The Guardian, na Europa; isso é matéria do El País, na Espanha; de vários jornais brasileiros, o Brasil se manifestou contrário à cobrança de pedágio na Paraguai-Paraná. Por que que o Brasil é contra que a Argentina cobre pedágio de embarcações brasileiras, paraguaias e bolivianas, que navegam na Paraguai-Paraná, e o próprio Brasil quer cobrar do rondoniense?

Eu confesso que eu não consigo entender. Quanto - só complementando a minha fala, vou ser muito rápido - essa questão de "não vai ser cobrado", isso aqui está definido. O Madeira, segundo a reunião que eu estive - inclusive no final da reunião o Diretor-Geral da Antaq esteve presente - , a proposta é o seguinte: vai privatizar Lagoa Mirim, no

Rio Grande do Sul, e o segundo rio é o Madeira. Isso, apesar de que a sociedade não conhece, a Fenavega vem defendendo a não privatização há pelo menos dez anos. Há pelo menos dez anos. Sem o conhecimento da sociedade e do Estado.

Então, eu queria que você me respondesse só isso. Por que o Brasil é contra a cobrança do pedágio na Argentina e quer cobrar das empresas que navegam no Madeira? Era só isso. Muito obrigado, Bruno.

O SR. BRUNO DE OLIVEIRA PINHEIRO (Por videoconferência)
- Obrigado, Raimundo Holanda. Vou responder. O pedágio cobrado pela Argentina de US\$ 3,47 por tonelada, a gente pediu a Argentina que comprovasse os benefícios à sociedade que esse pedágio estava trazendo. E por hora e por enquanto, a Argentina não conseguiu comprovar os benefícios, não conseguiu comprovar os custos se ela teve com dragagem, com sinalização, com balizamento, com batimetria para justificar a cobrança do US\$ 3,47.

Esse é o único problema. Se o governo argentino - nós estamos agora em um momento de transição -, mas, a Argentina com a intervenção da Antaq, o governo brasileiro e da nossa chancelaria e da Antaq. A Antaq mandou um servidor a Buenos Aires e junto com membros do Paraguai, do Uruguai, a Argentina suspendeu a cobrança por 60 dias. Prazo esse que a gente espera que a Argentina comprove, mais uma vez, os benefícios à sociedade que estou dizendo aos senhores.

Se a gente com a concessão no Madeira trouxer benefícios à sociedade, se eu diminuir, senhor Raimundo, dos 100 acidentes que o senhor falou que tem por ano, para cinco, para três acidentes a gente trouxe algum benefício. Se esses 97, na minha conta de 100 para três, eu não vou ser aqui leviano e falar que a gente vai zerar acidente, que não vai

ter nunca mais acidentes. Não. Vamos ver que de 100 a gente reduza para três, por finalização, com balizamento, com dragagem, com batimetria. Que a gente põe na balança, o quanto a gente economizou.

E como o senhor mesmo disse, o acidente, a pirataria, e senhor coloca no valor do frete. Se a gente economizar esse valor do acidente e a quantidade da tarifa for menor, vale a pena a concessão. Do contrário, não será não será concedido. Se eu não conseguir comprovar, se a Antaq não comprovar aos senhores, comprovar a sociedade que é mais benéfico o pagamento da tarifa, a concessão, do que acidentes. A gente não vai conceder.

Então, o Brasil é contra, porque a Argentina ainda não conseguiu, talvez por falta de entendimento nosso, talvez de documentos por eles, não posso acusar aqui o governo Argentino, mas ela não conseguiu comprovar ainda os benefícios para ela cobrar uma tarifa de US\$ 3,47 por tonelada.

O SR. RAIMUNDO HOLANDA CAVALCANTE FILHO - Bruno, então...

(Às 17 horas e 32 minutos, o Senhor Jean Oliveira passa a presidência ao Senhor Alan Queiroz)

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Raimundo, só para poder ser mais objetivo, para gente evitar esse debate.

O SR. RAIMUNDO HOLANDA CAVALCANTE FILHO - Bruno, só um detalhe que eu queria confirmar. Se você diz que houve todo esse acidente e o governo diz que fez dragagem, melhorou a navegação e existiu tudo o que você diz, você deve concordar com a minha fala de que tudo aquilo que foi feito realmente não funcionou. Era só isso, obrigado.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Obrigado, Raimundo. Obrigado, Bruno, por enquanto. É porque temos muita gente ainda para falar. E com certeza tem muitas pessoas que podem contribuir também com a sua experiência, com as suas opiniões e a gente não ficar só em dois segmentos falando, a gente ampliar mais esse debate.

Mas, eu queria antes disso a palavra aqui ao nosso Presidente. Primeiro, agradecer mais uma vez a participação dele, eu sei que das atribuições que é ser presidente de um poder. Em especial aqui o nosso Presidente que tem muitas atribuições. E eu queria aqui, mais uma vez agradecer, Deputado Marcelo, a sua participação conosco. Mas, que você deixasse uma palavrinha antes, sei que você tenha um compromisso agora na presidência.

O SR. MARCELO CRUZ - Deputado Alan Queiroz, muito obrigado. Pessoal, boa tarde. Boa tarde, gente. Ah, agora sim, senti o calor humano. Cumprimentar aqui o Deputado Alan Queiroz e parabenizar por essa Audiência Pública. Uma Audiência que está repercutindo não só em Porto Velho, mas como no Estado de Rondônia e nos Estados vizinhos. Eu recebi mensagens de Brasília, eu não poderia deixar de vir aqui e te prestigiar.

E parabenizar, a gente consegue ver aqui a união das entidades, das pessoas, com vontade e com muita preocupação. E eu estava conversando com o Deputado Alan Queiroz aqui, nós acreditamos que é uma das maiores Audiências de público que a Assembleia Legislativa já teve em sua história, foi o que os servidores aqui falaram. E isso muito nos alegra, porque quando a gente vê que existem pessoas que estão realmente organizadas.

Isso nos empolga como agente público, como político com vontade de fazer, de trabalhar, porque muitas vezes quando a gente faz Audiência Pública e vem poucas pessoas a gente vê pelo interesse. E, sinceramente eu vendo, não era uma pauta que chamava minha atenção. Mas, eu vendo aqui a união de vocês e a quantidade de gente a partir de hoje essa também é uma pauta do Deputado Marcelo Cruz, tá? De verdade.

Parabéns mesmo, Deputado Alan Queiroz. Muito orgulho de você, viu meu companheiro, de verdade. Parabéns a toda sua equipe também, eu não posso aqui deixar de cumprimentar também representando - cadê aquela folhinha? Está aqui.

Cumprimentar aqui também o Deputado Jean Oliveira, nosso 1º Vice-Presidente, nosso parceiro, amigo. Muito boas as tuas palavras, Deputado Jean, defendendo os garimpeiros. Muito bacana. É uma pauta que eu não tenho tanto conhecimento. Eu tenho que ser aqui muito justo em falar. Mas o que a gente não sabe, a gente aprende.

E cumprimentar também aqui a Excelentíssima Senhora Promotora de Justiça Laila. Estou feliz de o Ministério Público estar aqui. Muito bom mesmo ouvir essas pessoas, e levar esse entendimento, é muito gratificante ter a presença aqui. Leve o nosso agradecimento ao nosso Procurador-Geral de Justiça, o Doutor Ivanildo de Oliveira. Leve os nossos agradecimentos por ter lembrado desta Audiência.

Cumprimentar aqui também o senhor Defensor Público Eduardo Guimarães. Leve o nosso abraço ao Victor Hugo. Nós fizemos uma parceria aqui que a Defensoria vai ter um minuto todos os dias, ela falando a cada minuto na TV Assembleia, assim tirando as dúvidas da população do Rondônia. Um projeto muito bacana. E vamos ter também, Deputado Alan, um posto de atendimento, aqui na Assembleia Legislativa, da Defensoria Pública. Todos os dias, recebemos aqui as pessoas que não têm condições. E, muitas vezes, como elas estão aqui, têm que ir lá na Defensoria. Não. Então, a Defensoria vai estar dentro da Assembleia Legislativa. Leva o nosso agradecimento e nosso abraço. Obrigado.

Senhora Tenente Priscila Dias, muito bacana. Está aqui representando a Capitania Fluvial de Porto Velho; a Marinha. Seja bem-vinda. Muito feliz.

Senhor Gilberto Rocha, bem-vindo, representando aqui o Sistema Fecomércio.

A senhora Tânia, representante da Cooperativa dos Garimpeiros.

O senhor Fernando César Parente.

Cumprimentar também aqui o João Batista. Só o chamo por Batista, o presidente da COOMADE (Cooperativa de Agroextrativismo do Médio e Baixo Madeira). Parabéns pelo teu trabalho, pela tua preocupação com os ribeirinhos. Você sabe da preocupação que a gente tem com os ribeirinhos, de levar investimentos, já levamos calcário, muda de café, levamos equipamentos, preocupados com os nossos ribeirinhos, essa é a verdade. Então, te cumprimento. Em teu nome, cumprimentar todos que estão aqui.

Não posso também deixar de cumprimentar a pastora Etelvina Rosa, garimpeira e representante da COOGARIMA. Seja

muito bem-vinda, estou feliz de ver a senhora aqui. Seja muito bem-vinda.

Deputado Alan, o que eu tenho para dizer é que essa discussão aqui da possível concessão da hidrovía do Madeira é muito preocupante, porque eu acredito que a discussão tem que partir de nós que moramos aqui, nós sabemos a nossa necessidade. Muitas vezes não, todas as vezes que existe esse tipo de projeto futuro é discutido lá em Brasília por pessoas que são técnicos que são focados somente no livro, que é o que lê. Mas, eles não vêm aqui nos ouvir. Como eu queria que tivessem representantes, outros representantes.

O Deputado Alan foi em Brasília, foi em outro Estado, convidou outros deputados. Eu quero chamar aqui a atenção e pedir que, nas próximas audiências que nós tivermos para falar sobre esse assunto, é importante ter a bancada federal aqui. É importante ter os deputados federais, os senadores, porque é lá que é a discussão verdadeira. Aqui, a gente está fazendo um movimento para chamar a atenção, mas é lá que são resolvidas essas pautas. Senão, como é que nós vamos ficar? Igual à Usina do Madeira. Contra os ribeirinhos.

Aqui eu vejo que tem muito garimpeiros, foram prejudicados. É licença que sai para essas grandes empresas públicas. E nós que somos pequenos, que estamos aqui desde o começo da nossa cidade, do nosso Estado, a gente não consegue uma licença.

E aqui fica o nosso compromisso de que qualquer ação do governo federal, o que esta Casa puder fazer para que eles venham a discutir aqui nesta Casa com nós, rondonienses, eu vou fazer o impossível, porque eu vejo o quanto que os olhos estão brilhando aqui, e eu vejo preocupação de muitas pessoas. Está certo?

Contem comigo, contem com o Deputado Marcelo Cruz para gente não ser que nem a gente fez com as usinas. Está bom? Grande abraço. Deus abençoe a todos! Obrigado.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Obrigado, Presidente. Também a convite também... o Deputado Jean também tem outro compromisso, mas ele também quer deixar uma mensagem. O Deputado Jean Oliveira, com a palavra.

Presidente, muito obrigado, meu irmão. Obrigado de coração pela tua participação. Sempre.

Registrar com muita satisfação o nosso Deputado Cirone Deiró, nosso grande líder, 1º Secretário da Mesa Diretora. Eu me sinto honrado em nossa Audiência Pública hoje ter o Presidente da Casa, o Vice-Presidente e o 1º Secretário da Mesa também nos honrando com a participação.

Deputado Jean, por gentileza, com a palavra. Em seguida, nós vamos seguir aqui. Temos muitos inscritos. Eu vou conceder a palavra a todos aqueles que se inscreveram aqui. Vamos avançar aqui.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Deputado Alan Queiroz, a presença de nós todos deputados, não puderam estar aqui os 24, porque alguns outros compromissos, e muitos estão no interior. Mas, nós que estávamos aqui na capital viemos te prestigiar por todo o mérito que o senhor tem nesta Casa, e devido ao importante tema que é trazido para ser discutido neste plenário, que é o ambiente mais democrático que deve existir no poder público: é o plenário da Assembleia Legislativa.

Deputado Alan, parabéns pela sua iniciativa. Demonstra a maturidade política que o senhor tem, trazer um debate que

é acalorado, é provado pelo número de pessoas que estão aqui. Muitas Audiências Públicas, como disse o Presidente, mal conseguem compor o dispositivo. E essa nós temos a presença maciça da sociedade, especialmente daqueles que, caso esse debate não exista, haja a privatização da hidrovía sem esse debate, poderá, sim, muitas pessoas serem afetadas. Tanto estes que utilizam o rio Madeira como forma de ter o seu sustento, quanto aqueles que indiretamente estão subsidiando as atividades econômicas do rio Madeira.

Então, é muito importante esse debate. Ele por si só se demonstra pela presença, o número de pessoas, aqui na Assembleia Legislativa.

Eu quero agradecer à Promotora Laila, mais uma vez. Como disse o Presidente, reforço aqui, leve os cumprimentos aos demais membros do Ministério Público, em nome do Procurador-Geral de Justiça, Doutor Ivanildo. A Doutora Laila, eu tive a oportunidade de cinco minutos ali junto com o nosso Defensor Eduardo Guimarães, quem eu quero que leve também os cumprimentos aos demais membros da Defensoria, a gente teve pouco tempo ali conversando.

Então, eu queria nessa minha fala separar ela em dois momentos. Eu queria falar sobre o garimpo um pouquinho, aproveitando aqui a oportunidade de muitos garimpeiros, e queria depois voltar ao tema, dar foco ao tema.

Mas, só aproveitando essa oportunidade dizer que nesses cinco minutinhos que eu fiquei, a Promotora Laila não atua no grupo ambiental, que seria o gargalo da atividade garimpeira hoje no rio Madeira. Ela atua em outro grupo, que é um grupo sobre a sonegação fiscal. Então, ela veio aqui para falar de tributos. Mas, eu pedi a ela e ela foi muito simpática, junto com o Eduardo também ali que é da Defensoria, e a gente fortalecer a ideia de criar um grupo

trabalho dos Poderes, dos órgãos públicos que podem trabalhar sobre esse tema e confeccionar uma legislação a várias mãos, para que a gente não ocorra numa possibilidade de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), que é o que vem acontecendo com muitas leis que a Assembleia faz quando não discute o necessário e, infelizmente, a gente perde a eficácia do trabalho que foi feito aqui.

Então, por isso que todo esse cuidado de a gente tentar construir uma lei que fique, que se efetive, nos quadros de leis realizados por esta Casa, votados e, realmente, essa lei permaneça e que possa dar a condição de minerar legalmente, os garimpeiros.

Então, só para reforçar o meu entendimento de que esse debate deve acontecer, de que não podemos virar as costas, pré-julgar uma profissão, uma atividade tão importante para Rondônia. Nós tivemos várias fases da nossa capital, Porto Velho. Nós tivemos a fase da borracha, depois da construção da ferrovia Madeira-Mamoré, nós tivemos o ciclo da borracha que teve o intuito de desenvolver a nossa região, depois nós tivemos o ciclo do ouro, do garimpo.

Porto Velho na década de 1970, como dizia, não existia o agronegócio que tem hoje, não existia o comércio que tem hoje, não existia indústrias como nós temos hoje gerando emprego. A maior geração de emprego vinha do rio Madeira e era justamente do garimpo. Então, esse ciclo do ouro que lá atrás fomentou o desenvolvimento de Porto Velho, conseqüentemente o de Rondônia, precisa ser respeitado. Se a realidade, a evolução de tudo ocorreu, também ocorreu a evolução na atividade garimpeira.

Então, nós não podemos tratar o garimpo como era antigamente. Eu já ouvi falar muito do garimpo, pré-julgando

essa atividade, e nós precisamos fazer esse debate de forma totalmente técnica, sem nenhum tipo de pré-julgamento.

Eu retorno aqui para o tema que hora é debatido sobre a privatização do rio Madeira. Eu só queria também aqui registrar, tentaram batizar novamente a nossa Tenente como Priscila, mas o nome dela é Melca Dias, corrigindo e pedindo desculpas em nome do nosso Cerimonial aqui, a nossa Tenente Melca, que representa a Marinha do Brasil.

Pessoal, eu entendo que o rio Madeira e a hidrovia ou não, é muito importante, senão o nome da nossa capital não se chamaria Porto Velho. Não tenham dúvida de que se nós estamos exportando soja do Estado vizinho, Mato Grosso, que é o maior produtor de soja do Brasil; e o Mato Grosso, se fosse um país, estaria entre os cinco maiores produtores de soja do mundo. E nós estamos aqui exportando através da Rodovia 364, que chega até Porto Velho, e vai aqui ao porto de Porto Velho, estamos exportando aí centenas de milhares de toneladas, como foi dito aqui, de soja, milho.

E eu acredito que o petróleo e o gás, nós estamos importando. Nós não somos produtores, portanto, a gente importa. Então, 75% do que transita no rio é exportado – e não importado – para Rondônia.

E eu queria dizer que esse debate é de fundamental importância e eu me apego às falas do Raimundo no que toca à preocupação das promessas se concretizarem antes de uma possível privatização.

Quais são essas promessas? Primeiro: a privatização, nós estamos preocupados do ponto de vista econômico. Na grande maioria empresas que nem aqui estão, que são os sócios – talvez nem brasileiros sejam.

Segundo ponto: nós temos, se nós queremos algo sustentável do de vista ambiental e social, nós temos que começar a olhar para a população que mora às margens do rio Madeira. E aí a gente tem uma série de distritos que hoje tem o rio Madeira como o acesso à civilização. Porque, quando uma pessoa padece lá em Calama, lá em Nazaré, o rio Madeira é o menor caminho que ela tem para chegar aqui, atrás de saúde.

Então, não é só observar o que essas grandes navegações querem com o rio Madeira. Nós temos que observar as pessoas daqui de Rondônia que utilizam o rio Madeira.

E aí a preocupação não só com o garimpo, que tem a sua atividade que deve ser respeitada, mas também nós temos que nos preocupar com as pessoas que carregam suas mercadorias: a farinha, a banana, e trazem aqui para Porto Velho.

Como é que vai ficar isso? Será que só são as grandes balsas, os grandes veículos que vão ter a sua maior importância nesse rio? E o acesso a esses distritos? Muito pouco discutido. Hoje para uma senhora de idade sair de Porto Velho e voltar para a sua casa em São Carlos, ela tem que subir uma escada em um barranco. Sem nenhum tipo de acessibilidade, nenhum tipo de dignidade com a pessoa humana.

Nós não podemos aqui discutir 95%, 98%. Se um dia esse rio for privatizado, ele tem que ficar 100%. Trafegável de dia e de noite. Porque nós temos que pensar nas emergências que podem acontecer. Então, nós temos que começar a entender que a navegação tem um viés econômico, mas ela tem que respeitar o social.

Então, eu quero chamar atenção para as comunidades ribeirinhas, que não têm acesso à água, que têm acesso apenas a uma educação precária; saúde, é o básico do básico, do básico. A dificuldade que é uma pessoa sair de um distrito

lá de Nazaré, de Calama, para chegar a Porto Velho para ter um tratamento de saúde mais sério. Pode custar a vida de uma pessoa.

Então, tudo isso precisa ser discutido. A segurança, como disse aqui, sobre os roubos de embarcação, sobre os roubos de muita coisa. O rio Madeira precisa também ter a sua segurança.

Então, em um momento em que a gente discute a possibilidade de uma privatização, a gente tem que observar esses pontos todos que a gente acabou de falar.

Nós não temos que falar de privatização, botar o carro na frente dos bois. Se querem privatizar o rio Madeira, comecem primeiro preparando aqueles que já estão aqui, dando as condições, porque existem pessoas aqui.

Nós temos que preparar esse rio para, aí sim, ele ser privatizado. E é trazendo infraestrutura. É colocando esse recurso. E não é só utilizando recurso da Eletrobrás. É utilizando mais recurso, porque eu tenho certeza absoluta que levar infraestrutura para essas pessoas, esses R\$ 500 milhões, parece ser muito recurso, mas ele não é capaz de suprir a demanda dessas pessoas que vivem no Baixo Madeira.

E isso é uma oportunidade única. O Presidente Deputado Marcelo Cruz disse aqui, não vamos fazer como fizemos na usina. Nós tivemos um movimento de "usinas já, usinas já, usinas já". Era uma necessidade nacional. Não era uma necessidade local. Nós deveríamos aproveitar a oportunidade que Deus nos deu esse rio maravilhoso, com potencial energético, e utilizar essa benção que se tornou, que tinha capacidade de sanar uma necessidade que não era nossa, era de outros povos, nós deveríamos fazer com que essa cidade, esse Estado fosse muito melhor ainda do que ele já é. Utilizando aqui, "ah, vocês querem realmente esses

empreendimentos? Então coloquem contrapartida". Se foi colocado? Foi. Mas muito aquém do que deveria ser ter sido colocado.

Então, nós não podemos perder mais nenhuma oportunidade sequer. Nós não podemos. Nós vivemos em um local – a gente precisa falar sobre isso –, nós vivemos em uma região do mundo em que o clima não é dos melhores. Nós estamos aqui nesse momento usando terno e gravata porque nós temos ar-condicionado. Mas, o clima amazônico não permite isso. É quente, é úmido. Quando a gente anda na rua, a gente transpira. Quem está morando na Europa, na Suíça, que está preocupado com o calor, eles não têm o calor que a gente tem aqui. Esse desconforto que nós temos aqui.

Nós temos menos desenvolvimento do que a região centro-sul do país. Olha a diferença do desenvolvimento de São Paulo, do Paraná, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais para nós. Nós temos menos. E dificilmente a gente vai conseguir ter a mesma realidade que eles se a gente não começar a explorar as nossas oportunidades.

Por isso que um rio abençoado como o Madeira, que eles não têm e nós temos, precisa ser uma mola propulsora para o desenvolvimento que a gente tanto quer. Então, a gente tem que fazer de maneira pensada, coordenada. O debate é importante, porque através de uma Audiência Pública como essa, Deputado Alan, a gente consegue extrair muitas informações que, às vezes, a gente, os maiores técnicos não têm, as pessoas que vivem sabem o que precisa ser feito.

Eu, para finalizar a minha fala, eu faço o encaminhamento aqui, uma sugestão de encaminhamento a Vossa Excelência, que ao término dessa Audiência Pública, retratadas as necessidades por muitos que aqui vão falar – nós temos mais ou menos umas dez pessoas – que a gente faça

um termo de compromisso. Inclusive se o Bruno, da Antaq, que está ainda nos ouvindo, a gente possa assinar um termo de compromisso, de sanar todas as dúvidas que forem levantadas aqui por essa Audiência Pública e que ao final a gente possa juntar documentos e encaminhar para que a gente possa reforçar e garantir que, somente depois de sanadas todos aqueles pontos levantados é que a gente pode começar a pensar em uma privatização.

Mais uma vez, aqui já foi dito por vários, agradecer a Etelvina, que é minha sogra e é garimpeira; e através dela eu comecei a entender melhor sobre esse assunto. Nós não entendemos muito, mas a gente vai entender, com certeza absoluta, o suficiente para junto com os Deputados Alan, Cirone, Marcelo defender os garimpeiros aqui em Rondônia.

Agradecer também o advogado Alecsandro Fukumura, que tem nos assessorado nesse assunto também. Muito obrigado, Presidente, pela oportunidade, Deputado Alan Queiroz.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Obrigado, Deputado Jean. Parabéns por sua fala. Muito contribuiu, companheiro, com o seu pronunciamento. Tenha certeza que Vossa Excelência foi muito importante nessa discussão. Muito obrigado mesmo por sua experiência. Contribuiu, de fato, de forma grande nas discussões.

Já vou fazer aqui o convite para o Gilberto Rocha, representando o sistema Fecomércio, também fazer uso da palavra. E se possível for, a gente puder diminuir um pouco mais no tempo, para ser um pouco mais objetivo, porque temos além das pessoas aqui da Mesa, ainda também mais dez pessoas da comunidade, que eu quero contemplar todos com a fala também. Está bom?

E registrar também que o Deputado Cirone, que vem contribuir aqui com a sua presença, um deputado atuante demais no Estado e aqui no Parlamento, mas que abriu mão da fala para poder ouvir mais vocês e poder ter com isso mais conteúdo para poder depois também se posicionar no momento possível.

Gilberto, com a palavra.

O SR. GILBERTO ROCHA QUINTILIANO DE SOUZA - Quero agradecer à Mesa, à direção, à presidência. E abri mão da minha fala até mesmo pela falta do conhecimento.

Eu estou aqui hoje estarecido com tudo isso. E como representante da Fecomércio, a gente está aqui como colaborador para ajudar, para auxiliar, porque nós temos mesmo um povo. O povo do Norte é um povo sofrido e um povo que não pode ser tratado como ele é tratado. Então, eu abro mão da minha fala para as pessoas com mais conhecimento poderem debater o assunto que está sendo discutido.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Obrigado Gilberto, parabéns. Obrigado pela participação conosco porque o comércio também é um setor importante nessa discussão. Como disse aqui, muitos comerciantes têm uma ligação muito forte com o rio Madeira, seja no nosso setor garimpeiro, seja no comércio, seja no transporte, enfim. Então, de fato, a sua presença aqui é muito importante também para essa discussão.

Convidar a nossa Tenente, fazendo registro mais uma vez do nosso erro, se assim você puder colocar, de fato é Melca Dias, é isso mesmo? É Priscila?

A SRA. MELCA DIAS - É Subtenente Melca, mesmo. Eu vim representando a Marinha, o tenente (**ininteligível**) não pôde comparecer.

Bom, eu acho que vou seguir meu colega, também. A Marinha do Brasil, só gostaria de dizer aqui que a Marinha do Brasil atua com base na Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário, colocando sempre em cheque, procurando fiscalizar, mas visando a segurança na navegação, a salvaguarda da vida humana nos mares e rios e a prevenção da poluição hídrica partindo de embarcações. Então, a gente sempre age pautado nesses três pilares, que a gente fala que é o nosso tripé da situação da Marinha.

Então, aqui eu vejo que esse tema, esse debate é realmente é muito importante. Eu também fui surpreendida aqui, por diversas informações que a gente teve. Eu prefiro me abster da fala para a gente poder ampliar esse debate e no momento oportuno a gente se posicionar. Obrigada.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Muito obrigado, Melca Dias. Quero deixar o nosso abraço a toda a Capitania Fluvial de Portos, que tem dado esse suporte ao nosso rio madeira.

Quero convidar para fazer uso da palavra, Eduardo Guimarães Borges - Coordenador do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, representando neste momento a Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

O SR. EDUARDO GUIMARÃES BORGES - Obrigado, deputado. Primeiramente eu gostaria de parabenizar Vossa Excelência, Deputado Alan Queiroz, por ter feito a proposta de convocação dessa Audiência Pública, para esse importante debate com a

sociedade civil organizada do Estado de Rondônia, na perspectiva de discutir a outorga hidroviária do Rio Madeira.

Cumprimento também, o Deputado Cirone, e ao cumprimentar vocês dois, eu estendo meus cumprimentos a toda a Mesa, e a todos os deputados e deputadas do Estado de Rondônia, parabenizando Vossas Excelências por essa interlocução importante com a sociedade civil.

Minha fala vai ser extremamente breve, na perspectiva de dizer apenas que é imprescindível que todo fluxo para discutir a hidrovia do rio Madeira e a eventual outorga, ou eventual concessão desse serviço público, é imprescindível que haja a participação daquelas pessoas que serão diretamente atingidas nessa outorga - que é a população ribeirinha, que são os garimpeiros, que são os povos tradicionais que residem às margens do rio Madeira, nos distritos do Baixo Madeira. E é imprescindível que haja essa interlocução com esses povos, com esses grupos vulneráveis que serão diretamente atingidos.

Que essa não seja a única Audiência Pública, e sim, a primeira, e que ao longo de todo esse fluxo seja possível e tenha uma participação efetiva da população diretamente envolvida, que não seja uma participação meramente proforma, que haja uma participação efetiva nesse fluxo da concessão da outorga da hidrovia do rio Madeira. É isso, obrigado.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Obrigado, Doutor Eduardo. Obrigado mesmo. Exatamente esse é o objetivo dessa Audiência Pública. Quando tivemos o conhecimento do tema - e eu quero aqui fazer um agradecimento especial a toda a nossa equipe técnica, na pessoa do Professor Hebert Lins, pessoa do ex-vereador Kruger Darwich, o Luis Carrate, a nossa equipe técnica trouxe essa preocupação.

Já essa divulgação dessa proposta e chamou atenção, falou assim: o que é isso? Algo novo em um país que não se tem o conhecimento, temos que discutir. Então, essa Audiência Pública é exatamente para isso, para que a gente possa ter oportunidade de conhecer o tema e ampliar esse debate.

Quero aqui agradecer, mais uma vez, a participação da Promotora de Justiça, Doutora Laila de Oliveira Cunha Nunes; Doutor Ivanildo - que eu fiz questão de ir pessoalmente fazer o convite a ele -; ao Doutor Thiago também, nosso Promotor que fez questão de poder contribuir, auxiliando na presença do Ministério Público, aqui nessa Audiência Pública.

Eu vou conceder a palavra para a senhora nesse momento, muito obrigado, mais uma vez, pela sua participação.

A SRA. LAILA DE OLIVEIRA CUNHA NUNES - Boa tarde a todos. Primeiramente, eu queria cumprimentar todas as autoridades aqui presentes, em nome do Deputado Alan Queiroz e do Deputado Cirone.

Agradecer o convite feito ao Ministério Público para participar desse debate tão importante. Agradeço o convite em nome do nosso Procurador-Geral, o Doutor Ivanildo de Oliveira, para que nós pudéssemos estar aqui presentes debatendo esse Plano Geral de Outorgas Hidroviário, do nosso rio Madeira.

Sabemos, enquanto Ministério Público, enquanto população de Rondônia, a importância de se estimular o transporte hidroviário. Não só em Rondônia, mas em nosso país, especialmente por ser um meio de transporte ecologicamente correto e ambientalmente sustentável.

Além dos baixos impactos ambientais, é preciso destacar os menores custos de deslocamento e a grande capacidade de

transporte de cargas. E isso foi visto logo aqui no começo da nossa Audiência Pública, com os dados que foram repassados pelo Deputado Alan Queiroz. A nossa hidrovia aqui, do rio Madeira, é a segunda mais importante para o transporte, ficando atrás apenas da hidrovia do rio Amazonas. Por isso, é tão relevante esse espaço democrático para ouvir todos os presentes e, especialmente, aqueles que serão diretamente impactados por esse plano de outorga, que são as populações ribeirinhas, como muito bem acabou de destacar o Defensor Doutor Eduardo.

Então, deputado, o Ministério Público atua em defesa da sociedade e, sem dúvida, esse espaço democrático aberto pela Assembleia Legislativa é de suma importância para que nós também possamos ouvir os clamores da sociedade e para que, junto da população, junto da Assembleia Legislativa, nós possamos entender melhor os impactos desse plano de outorga e também tomar as medidas necessárias posteriormente, se for o caso.

Então, agradeço, de novo, o convite e a paciência de todos vocês e parabênzo o senhor por essa tão importante iniciativa.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Obrigada, Doutora Laila. Gratidão mesmo. Sabemos o quanto o Ministério Público tem sido atuante no nosso Estado de Rondônia e também um parceiro do Parlamento estadual em muitas ações que convergem exatamente para o bem-estar da nossa população do Estado de Rondônia.

Agora eu já convido para fazer o uso da palavra também aqui o Senhor João Batista, já iniciando aqui também a fala as pessoas que estão hoje presenciando conosco, que de fato é a sociedade a qual nós representamos.

Então, nesse momento... O Senhor João Batista está aí? Senhor João Batista, que é Presidente da Cooperativa de Agroextrativismo do Baixo e Médio Madeira - COOMADE. Que, inclusive, minha mãe está aqui, Dona Chaguinha - lá naquela ponta, de camisa vermelha - ela é filha do Baixo Madeira. A minha mãe é, também a minha avó, mãe da minha mãe, também filha do Baixo Madeira. Então nós temos a nossa origem, a nossa raiz, fincada nesse rio e é por isso hoje a minha preocupação enquanto deputado estadual, representando Rondônia, de poder também defender as nossas origens e as nossas raízes.

Senhor João, com a palavra.

O SR. JOÃO BATISTA CARVALHO DA SILVA - Então, boa noite, senhoras e senhores. Quero aqui cumprimentar a Mesa, em nome do Presidente Deputado Alan. Parabenizar pela iniciativa desta Audiência, mas gostaria de registrar que todo esse povo está aqui não foi para a gente falar da hidrovia do Madeira, Presidente. A gente veio aqui para falar sobre o garimpo. Nós fomos enganados, porque disseram para a gente que era para falar sobre o garimpo. Não, não exatamente assim. Foi dito que este era o último cartucho da patrona que nós tínhamos para dar um tiro. Esse era o tiro de misericórdia.

Então nós viemos aqui, todo esse auditório que está aqui lotado, tanto este quanto o outro, porque era para falar do garimpo. Que esse era o último momento. Nós não viemos aqui convidados para falar da hidrovia. Não é isso, senhores? Estou certo ou não estou? Mas, a gente não pode perder a oportunidade - como um bom guerreiro, tem que estar sempre armado e munido das suas munições -, sim, vamos falar um pouco da hidrovia do Madeira. Isso, não tenha dúvida.

Me recordo aqui, posso fazer uma viagem aqui no tempo, que parece que nós estamos em 1500, quando os portugueses entraram no Brasil e roubaram, saquearam todo o nosso ouro. Não é diferente do que está acontecendo aqui nessa situação. Nós fomos lá, participamos das audiências públicas também das usinas do Madeira, onde diziam que melhoraria a energia do Estado de Rondônia e que nós pagaríamos um valor muito pequeno da taxa de energia, mas a gente foi enganado mais uma vez. Porque nós, o Estado maior produtor de energia do Brasil é o Estado de Rondônia, e pagamos a energia mais cara do mundo. Então, a gente sempre tem sido enganado pelo sistema e não seria diferente nesse momento agora.

Eu quero aqui dizer ao senhor, pela iniciativa, e também o Deputado Jean Oliveira – já saiu –, que a gente quer sair daqui desta Audiência com data marcada para a próxima Audiência para tratar do assunto do garimpo, já que esta Audiência é para tratar da hidrovia. Então, queremos sair daqui hoje com datas marcadas para a gente tratar da Audiência para o garimpo do Madeira. Porque o garimpo existe. O garimpo existe desde 1500 quando os portugueses levaram o nosso ouro lá da Cidade de Ouro Preto. Então a história é mais ou menos essa.

Mas, a gente quer apresentar propostas. A gente tem um vídeo para rodar. Mas, a gente quer apresentar propostas. Primeiro, dizer o seguinte, que já houve sinalização no rio Madeira, há anos atrás. E que essa sinalização as barrancas levaram. Já houve uma sinalização. O rio Madeira já foi sinalizado, inclusive com placas com quilometragens e etc, etc, etc... Isso não deu certo.

Eu queria falar um pouquinho, Presidente, da questão do estudo que o senhor mencionou dessa revista. Que esse cara que fez esse estudo, certamente pago por alguém, ele deveria estar preso. O cara que fez o estudo e quem pagou. Era para

estar os dois presos. Tanto quem fez o estudo quanto quem pagou. Porque veja bem, as comunidades, e aí digo aqui a colega da Marinha, que ele está dizendo que a Marinha não tem capacidade para dizer quantas pessoas andam no barco. Porque ele disse que as pessoas andam no barco desconfortavelmente em metros quadrados. Ora, quem diz isso é a Marinha. É a Marinha que diz que o barco tem capacidade para carregar tantas pessoas. E essa revista, esse irresponsável que fez o estudo, ele está dizendo que nós andamos nos nossos barcos de forma desconfortável, que andamos em um amontoado de pessoas. Então, esse cara é um irresponsável. Irresponsável ele e quem pagou esse estudo.

Mas, eu queria ir mais além aqui. Eu vejo que tem aí, esse fundo da Petrobras que foi dito aqui pelo colega. Que eu não vou nem falar o nome dele que é para ele não pedir direito de resposta. Um valor de R\$ 590 milhões de um fundo da Petrobras. Eletrobrás. Então, beleza, obrigado pela correção. É simples isso. Pega esse dinheiro e transforma em auxílio para os nossos garimpeiros.

Quer resolver o problema do garimpo? Querem tirar os garimpeiros do rio? Já estão tirando na verdade, já foi tirado, não? Então transforma recurso aqui em auxílio para os nossos garimpeiros. Já tiraram, já tiraram, mas o vídeo vai falar sobre isso.

O que a gente viu aqui, o Deputado Jean falando, uma responsabilidade técnica, um estudo técnico responsável, e a gente quer fazer parte desse estudo. Sabe por que, Presidente? Porque quando a Santo Antônio (Santo Antônio Energia) pagou o estudo no Baixo Madeira, eles falaram que só tinham 18 moradores no Baixo Madeira. E por quê? Muito simples: só temos 18 títulos definitivos de Porto Velho à foz, na divisa do Amazonas. Então, é notável que alguém existe, mas não é documentado. Então, a gente quer fazer

parte desse estudo. Junto aqui na mesa, escrito a quatro mãos.

Também queremos dizer que, dentro do estudo, deveria ter dito o estudo que o Baixo Madeira é o maior produtor de banana e inclusive está exportando banana para Manaus. É o maior produtor de farinha d'água no Município de Porto Velho. Nós somos o maior produtor de melancia. Que a gente está exportando para Manaus. Então, esse estudo não contemplou nada de toda essa riqueza que nós temos.

Mas, a gente entende que esse estudo que foi feito dessa dragagem do rio, não tem interesse de estar catalogando os nossos garimpeiros. Porque a grande mídia - não posso deixar de dizer isso -, criminalizou a nossas famílias, que aqui estão, durante quatro dias na semana. Dizendo que o garimpo estava causando um grande índice de câncer de estômago. E aqui eu gostaria de perguntar dos colegas que estão aqui na plateia. Alguém tem câncer de estômago aí, gente? **(a plateia responde "não")**.

A televisão também disse que a gente era o maior tráfico de droga no Baixo Madeira. Tem algum traficante aí, gente? **(a plateia responde "não")**. Também disse, na reportagem, que nós estávamos levando uma grande prostituição para o Baixo Madeira. Tem alguma prostituta aí, gente? **(a plateia responde "não")**. Então, a televisão disse tudo isso. Disse tudo isso, durante quatro dias na semana. Disse isso.

E o que acontece? A gente vem, eu sou do Baixo Madeira, só 45 anos, e a gente participou das Audiência Pública da Samuel (Usina Hidrelétrica de Samuel), da Santo Antônio e para criminalizar as pessoas, nós vamos para a mídia. A mídia que faz o trabalho sujo, de acusar as famílias que estão lá. Para poder tirar com facilidade as famílias que estão lá. E nós, infelizmente, não temos o poder da mídia. Só temos um

celularzinho, que às vezes nem internet a gente tem, que nós estamos lá no Baixo Madeira. A nossa internet é precária.

E queremos dizer mais: nós não somos garimpeiros, Presidente, porque a gente quer, não. Nós somos garimpeiros porque nós temos necessidade de comer, se alimentar e sustentar os nossos familiares. Se o Estado não fosse omissivo, nós não éramos garimpeiros. Nós éramos produtores rurais. Nós teríamos outras atividades para fazer. Mas, a gente não pode mais desmatar sequer um hectare de terra para plantar alguma coisa. E o Estado não leva políticas públicas para o Baixo Madeira. O Estado é o grande responsável de estar acontecendo essa situação no Baixo Madeira. A gente não é garimpeiro porque quer.

E outra coisa, foi dito aqui pela doutora Tânia que atividade garimpeira não é proibida. Ora, senhores, eu me pergunto: se eu tenho um carro que está com problema de IPVA, esse carro, se passar na blitz, ele será apreendido? Mas, o que está havendo no Baixo Madeira, as nossas balsas estão paradas, estão ancoradas nos nossos portos e a polícia vai lá e queima. Ora, se a lei diz que tem que estar funcionando para queimar o equipamento, e difícil acesso para conduzir, ora, é só trazer, é só trazer. E outra coisa, que é o mais agravante: nenhum ato de infração, Presidente. Não fomos notificados nem uma vez sequer. Nenhum desses garimpeiros que estão aqui nunca foram notificados.

Vou já rodar o vídeo, para eu não me alongar muito. A polícia chega com os fuzis armados apontados para as famílias, para os senhores que estão aqui, para as crianças que estão aqui, e, se o cara não sair – o vídeo vai falar por si –, joga na água. Se você não sair, você vai ter que sair jogado de dentro da água.

Então, isso é uma irresponsabilidade. Eu gostaria que esta Casa começasse a analisar isso. Se eu não... Isso tem acontecido, Presidente, essas queimas, aos sábados, domingos e aos feriados, quando nós não estamos garimpando. A ano passado, nos dias 11 e 12 de outubro, Dia da Padroeira do Brasil, queimaram centenas e centenas de nossas balsas e as crianças junto dali.

Então, a gente quer dizer: ora, se o carro passou na blitz, está apreendido, mas, se não passar, a lei diz que não pode ser apreendida. E as nossas balsas? Elas estão paradas nos nossos portos, e por que estão queimando as nossas balsas, sem nenhuma notificação? Não tem um garimpeiro desses daqui que foi notificado. Não recebeu um ato de nada. Mas, as nossas balsas foram queimadas.

Eu queria dizer mais, para finalizar aqui, para rodar o vídeo. Por que, então, a gente não resolve o problema do transporte até Itacoatiara, se a gente tem a BR-319? Simples de resolver. Termina a BR-319, meu irmão. Deixa os nossos garimpeiros trabalhar. É simples assim. Deixa trabalhar.

Mas, assim, a gente quer dizer o seguinte: é difícil. Quando o ser humano não vê o ser humano que está lá, o ser humano daqui de cima – estou chamando de “ser humano” –, porque ele ignora o ribeirinho. Eu já vi muito discurso dizer o seguinte: “o ribeirinho, como ele é preguiçoso, não trabalha, então aquilo tem que virar uma área verde para que a grande soja desmate aqui para cima e a gente não possa desmatar mais lá embaixo”. Isso já foi dito.

E eu digo mais, em 1994, eu estava fazendo um curso em São Paulo e já se falava da hidrovia do Madeira. Em 1994, senhores. Não foi hoje. Essa discussão da hidrovia do Madeira não é de hoje, não foi aprovado agora dia 10 do mês passado. Isso é antigo, muito antigo essa hidrovia, essa discussão.

Mas, para não alongar muito aqui, que tem outros colegas que querem falar, eu gostaria que rodasse o vídeo aí, por gentileza. O vídeo é rápido.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - João. A gente está com algum problema para rodar, mas a gente está tentando resolver o problema ali. Assim que a gente... não, o que eu quero... a gente está com a equipe técnica... **(manifestação da galeria)**

O SR. JOÃO BATISTA CARVALHO DA SILVA - Tudo bem, Presidente, tudo bem. Então enquanto...

O SR. ALAN QUEIROZ - A gente não vai desistir, não. A gente está tentando resolver a questão, a nossa técnica, mas eu quero dar continuidade a outras falas, mas a gente, assim que resolver, vai passar o vídeo.

O SR. JOÃO BATISTA CARVALHO DA SILVA - Ok. Mas eu gostaria de falar depois do vídeo. Ok? Agradeço.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Beleza. Posso continuar aqui, chamar os demais? A gente está tentando resolver. O pessoal está tentando ali. Ok?

Obrigado, João. Obrigado, João, pela participação.

Quero só, para deixar claro, para não ter nenhuma dúvida, talvez a fala do João possa ter tido uma interpretação diferente do que é o objetivo da nossa

Audiência Pública. Eu quero só ler aqui para que todos possam ter ciência do documento que foi aprovado através de Requerimento, aprovado em plenário sobre o assunto em discussão aqui nesta Audiência Pública: "Audiência pública para tratar e discutir sobre assuntos relacionados ao 1º Plano Geral de Outorgas (PGO) Hidroviário."

Está bom? Então, se teve algum tipo de manobra de alguém, de quem quer que seja, dizendo que era outro tema a ser debatido aqui e especificamente, então houve um erro fora da Casa, fora do Parlamento. O Parlamento aprovou essa matéria e é essa matéria que nós estamos discutindo hoje aqui. Está bom? Para deixar isso bem claro, que daqui não partiu nada com relação a qualquer tipo de manobra, e dizer que ia ser outro tema discutindo aqui a não ser esse.

Porém, a gente percebe também que a atividade garimpeira está totalmente linkada a esse tema em discussão. Não especificamente somente ela. Está bom? Então, assim, vocês estão aqui, estamos ouvindo plenamente aqui todos vocês a demanda, todas as questões que estão sendo levantadas, mas para deixar muito claro com relação à questão do tema em debate nesta tarde.

A SRA. TÂNIA OLIVEIRA SENA ALVES - Deputado? Só um segundo, para esclarecer.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Pois não.

A SRA. TÂNIA OLIVEIRA SENA ALVES - O que aconteceu Batista, foi que: quando o senhor convocou a reunião, o Deputado Fernando Máximo me mandou e disse "Tânia, convoque

todos os garimpeiros, porque esse assunto é importante para vocês." E eu vi a importância do assunto, convidei o pessoal da Coogarima, da Minacoop e coloquei no grupo dos balseiros do qual eu faço parte, e falei para eles. Eu falei "Olha, o debate é importante para o garimpo e estão querendo privatizar as hidrovias, e se privatizarem, o garimpo vai acabar. A audiência é para falar das hidrovias, e se vocês não forem em massa, nós que somos das cooperativas vamos parar de defender vocês." E todos vieram. Foi o que aconteceu.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Bem esclarecido. Beleza. Acredito que tirou todas as dúvidas.

Inclusive, gente, eu quero dizer para vocês o seguinte: eu sinto falta aqui, de outras pessoas também, que deveriam estar conosco aqui. Os pescadores que também serão impactados. Então assim, eu acho que é um primeiro momento de outros debates, de outras discussões que teremos também porque ela é muito ampla, como disse aqui o Deputado Jean Oliveira. Temos os nossos administradores dos distritos, os ribeirinhos também. Enfim. Mas, vamos dar continuidade aqui.

A próxima é a senhora Idervânia. Inclusive, que bom, ela está representando nesse momento, na fala aqui o Baixo Madeira, ela é do nosso Distrito de Calama. Ela está aí? Aí em cima? Por favor, pode nos auxiliar com o microfone, aí em cima, na galeria?

A SRA. IDERVÂNIA (do Distrito de Calama) - Eu vou fazer duas perguntas. Falam tanto de garimpo ilegal, e o que foi feito para legalizar os garimpeiros? Nada. E nem vão fazer. Muitos aqui tiveram seus sonhos destruídos, balsas

destruídas. Falam para gente tirar documentação na Marinha. A maioria aqui, tem algumas, outras não. Quando a Federal chega, fala que o documento não tem validade nenhuma. Por que tiram, então? Me responde, a moça da Marinha.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Dona Melca, a senhora consegue dar essa resposta?

A SRA. IDERVÂNIA (do Distrito de Calama) - Por que tira a documentação, se não tem valor nenhum quando a Federal chega?

A SRA. MELCA DIAS - Eu não posso responder pela Federal. Mas, pela parte da Marinha, a gente documenta todas as embarcações. E todas as embarcações que estão regularizadas e que estão executando suas atividades fora das áreas de preservação ambiental, aqui em Porto Velho tem essa área de preservação ambiental que não pode ser garimpada, que é por meio de um Decreto. Então, a Marinha atua, na verdade, somente ordenando o tráfego. Se as balsas de garimpo estão em um canal de navegação, a gente atua retirando essas balsas. A gente não atua queimando nenhum tipo de embarcação, não.

Se a embarcação está legalizada e fazendo suas atividades dentro de uma área que é permitida, a Marinha não tem nada a se opor, quanto à atividade.

A SRA. IDERVÂNIA (do Distrito de Calama) - Pois é, só que eu acho que deveriam estudar...

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Gente, por favor, eu preciso que alguém identifique quem está falando.

A SRA. IDERVÂNIA (do Distrito de Calama) - É a Idervânia.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Idervânia, é só levantar o braço porque tem a nossa filmagem que precisa registrar. Não só ela, mas todos os outros que forem falar ali em cima.

A SRA. IDERVÂNIA (do Distrito de Calama) - Estou aqui.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Agora sim. Obrigado. Está ótimo. Pode falar.

A SRA. IDERVÂNIA (do Distrito de Calama) - Como muitos tiveram seus bens destruídos, a Federal nem deixa você tirar suas coisas. Eu tenho um lanche. Eu faço R\$ 4 mil livres, por semana. Eu sustento a minha família com esse dinheiro que eu fazia. Não faço mais, porque queimaram o meu lanche, que era a balsa do meu marido e eu vendia nela. Quem vai indenizar as coisas que a gente perdeu? É a minha pergunta.

Quem vai indenizar os garimpeiros aqui pelas coisas que nem deixaram retirar? Freezer, televisão, sofá. Porque em cima de uma balsa é como se fosse uma casa. A gente larga os filhos da gente, com a mãe da gente, com a avó da gente, com

parentes da gente para estar lá trabalhando e é considerado como se fosse um ladrão, uma prostituta. Porque uma cozinheira não é prostituta não! Eu estou lá para ganhar o suor para sustentar a minha família. E os garimpeiros, a mesma coisa.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Obrigado, Dona Idervânia, pela sua fala, pela sua pergunta, pelo seu questionamento também. E aquilo que a gente não conseguir, por conta da não representatividade, nesse momento, de poder respondê-la porque é uma ação federal, a gente não tem como falar por eles. Mas, a gente vai fazer todo o registro final da nossa Audiência Pública e encaminhando a todos os setores.

A SRA. IDERVÂNIA (do Distrito de Calama) - Tudo bem, eu entendo. Eu espero que vocês possam fazer alguma coisa pelos garimpeiros, e que façam uma Audiência Pública com os garimpeiros para dar uma resposta. É só o que eu tenho para falar.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Iremos fazer, Dona Idervânia, obrigado. E iremos fazer sim, essa Audiência Pública e convidando também outros entes, representantes da Polícia Federal, IBAMA e assim por diante para também a gente ampliar essa discussão.

Sena, nosso Presidente do Sindicato dos Garimpeiros do Estado de Rondônia, quer dar uma palavrinha, Sena? Por favor, se puder ser um pouco mais breve, objetiva agradecemos, para gente poder contemplar todos na fala.

O SR. GEOMARIO LEITÃO DE SENA - Boa tarde a todos. Cumprimentar a Mesa em nome do Deputado Alan Queiroz e os demais presentes. E toda essa nossa plateia que temos aqui.

Infelizmente, deputado, a gente tem que puxar um pouco atrás, trazer uma narrativa dos acontecimentos de Rondônia. Sei que a hidrovia do Madeira é o assunto dessa audiência, mas a gente precisa saber que houve outros empreendimentos no Estado e que não teve a participação e a voz audível do garimpeiro e nós fomos prejudicados.

Então, a gente precisa dar uns exemplos que é para poder a gente chegar na hidrovia do Madeira, que eu acredito que o Bruno esteja ouvindo, e que sirva para ele também; porque, na realidade, ele apresentou aí um projeto e não falou em garimpo, não falou em nada.

Muito bem. Eu cheguei em Rondônia em 1979 e já existiam as minerações aqui, extraíndo a cassiterita e a columbita, lá do São Lourenço e do Morro da Cachoeirinha e não queria deixar o garimpeiro artesanal trabalhar. Mas, nós fomos "pra cima" e, vai de lá e vem de cá, e a coisa andou. E aí surgiu o garimpo do Madeira e era ouro. E em 1981, foram publicadas duas Concessões de Lavra Garimpeira, ali no Rio Madeira, do Teotônio ao Jirau e do Jirau ao Paredão.

E eu entrei para o garimpo em 1981 e hoje eu faço 43 anos de garimpo. Criei minha família, eduquei meus filhos com dinheiro de garimpo. E quem financia a gente são os comerciantes aqui de Rondônia. Não tem dinheiro do governo estadual, não tem dinheiro do governo federal. A gente vive numa luta, buscando o nosso sustento de cada dia. E eu queria dar um dado aqui, que o garimpo, por exemplo, a extração do ouro do Rio Madeira, para você conseguir tirar um quilo de ouro, você gasta 900 gramas. Então, sobra pouco para o garimpeiro. "Não, é porque o garimpeiro quer ficar rico!"

Não. Não. O garimpeiro precisa dar o sustento a sua família, que o custo é muito alto.

E isso aí é reconhecido pela Receita Federal na hora que você vai vender o ouro. Você é só taxado em 10% da sua venda. Então, é um dado que não é fantasia. É um dado real.

Então, se eu tiro 100 quilos de ouro, 90 quilos eu gasto na "praça" de Porto Velho. Isso aí, cada garimpeiro no rio, trabalhando, representa 25 empregos indiretos no comércio, seja lá onde for, nas hortas para vender suas verduras, nas autopeças, nas lojas que vendem os equipamentos. Isso aí não é somado.

E a gente está nessa batalha aí. Vieram as hidrelétricas do rio Madeira em 1984. Em 2004, começou o cadastramento dos garimpeiros do rio Madeira para poder instalar essas hidrelétricas. Fizeram um monte de promessas de que iriam elevar o lençol da água, que iriam indenizar os garimpeiros e adequar os seus equipamentos. Não aconteceu nada. Nós fomos jogados. Disseram que iriam aumentar a nossa área de extração. Mentira! Fizeram foi bloquear as áreas lá de cima.

Então, agora, vem essa hidrovia e não falam nada. Aí entra um governo autoritário e queima 300 equipamentos que não custaram um centavo dele! Foi do nosso suor de 43 anos de trabalho – 43 anos de trabalho! – Vem a Capitania dos Portos e prende uma balsa e diz: "Você tem que ser documentado". Você vem aqui e tira foto. Traz uma equipe de Manaus, com engenheiro naval, para legalizar uma draga e gasta R\$ 40 mil – o mesmo que gasta uma embarcação que carrega a soja daqui para o mundo! E minha draga é destruída com a minha bambordo, boreste, boia, salva-vidas. Com a minha embarcação em dia.

Aí vem: "Não, agora é a hidrovia". Vocês querem o quê? É a gente que está aí desde... Nós chegamos nos anos 1980.

Nós levantamos esse Estado. Qual é o benefício que essas usinas trazem para o Estado de Rondônia? Nós estamos servindo ao país.

"Olha, que bom que é o desenvolvimento! Está se desenvolvendo." Que bom que vem uma hidrovia! Mas, a gente tem que ver que o ribeirão que está aqui não pode morrer de fome, porque tem que ter a hidrovia para carregar soja para o mundo! Não é para dar de comer ao pessoal de Rondônia, não. Vão passar por ali. Mas, a gente não pode fazer nada. Não pode garimpar, não pode pescar. Não pode fazer uma roça. Como é que vai ficar essa situação?

Está aqui escrito, eu li quando eu cheguei aqui: "A harmonia em defesa do povo rondoniense." Deputado, nós viemos às urnas, votamos nos senhores e estamos aqui pedindo aos senhores, novamente. Está na hora de a gente olhar para o povo de Rondônia, para o povo da Amazônia.

Toda essa mídia aí, toda essa mídia não tem nada aqui do nosso país, é tudo de fora pressionando para acabar com o garimpo. Por quê? Para melhorar o preço deles lá fora? Porque está comprovado que com 43 anos de trabalho que eu tenho no rio Madeira, eu não estou doente, eu não estou azogado, eu não estou com problema de saúde por causa de garimpagem de mercúrio e tal. Pelo amor de Deus, gente. Está na hora de a gente sentar na mesa e discutir a coisa séria.

Uma draga minha que foi destruída custou R\$ 3,5 milhões ao longo de... Eu comecei com balsa de mergulho, dando de comer a minha família e ajeita um patrimônio, para chegar uma Polícia Federal, junto com a Marinha – que me deu o documento – e mandar eu sair de cima e tocar fogo. Isso não existe. Sinceramente, o senhor me desculpe o desabafo, mas eu conto com os senhores aqui para nos ajudar e nos trazer essas... Que venha essa hidrovia, que venha, mas respeite o

nosso legado, que nós temos áreas adquiridas muito antes de eles chegarem aqui.

Esse porto graneleiro que tem aí embaixo pediu autorização da cooperativa para se instalar. E agora, para você subir para uma área tem que pedir licença a eles e não querem deixar. Quer dizer, inverteu a situação. Nós éramos donos da situação, agora eles que são. Então, está na hora de a gente, está na hora. Não é só o garimpeiro, não. Nós estamos aqui, tem o ribeirinho, tem o comerciante que está aqui presente, que fez o investimento, comprou suas mercadorias para vender para a gente. E são eles os nossos financiadores. São, não adianta mentir, porque são mesmo.

Então, eu gostaria que o senhor visse bem direitinho essa situação dessa hidrovía para que não venha prejudicar nossas áreas que estão aí, que são legais. Nós trabalhamos oito anos do Cassol com licença ambiental, trabalhamos quatro anos do Confúcio Moura com licença ambiental. No segundo governo do Confúcio Moura, apareceu um financiamento não sei das quantas lá e proibiu dar licença novamente. Como em 1991, apareceu o Planaflores (Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia) para dar dinheiro para o Piana para dizer que "não, só dou o dinheiro se não tiver garimpo".

O que é isso? Aí mata o ribeirinho de fome para poder pegar o dinheiro do Planaflores? E está aí esse decreto até hoje nos atrapalhando, que já era para ser resolvido há muito tempo. Que toda vida que a gente consegue fazer alguma coisa, o Ministério Público vem, entra com Adin, entra com aquilo. Eu acho que o Ministério Público está presente aqui, foi muito bom ter vindo. E saiba o Ministério Público também tem que ver o nosso lado. Não é só o lado das empresas, os lados dos grandes, não.

A gente não tem esses estudos bonitos que apresentam, que vem para televisão e mostra quanto vai dar lucro, quanto vai cobrar. Nós não temos isso. Mas, nós temos um ribeirão dando de comer a sua família e a nossa panela precisa ferver igual a deles. A nossa panela precisa ferver igual a deles. Não é só a panela deles que precisa ferver. É a nossa também. Muito obrigado.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Obrigado, Sena. Senhoria realmente fala com propriedade, pelo conhecimento de tanto tempo nesse setor. Então, nossa gratidão por sua participação. E foi muito importante.

Vou chamar aqui, vou tentar intercalar um pouquinho, que também tinha uma sequência aqui de um outro representante do garimpo, mas vou chamar agora um representante aqui do comércio, que é o Daniel Eduardo Eller, que é Presidente da Associação dos Comerciantes da Almirante Barroso. Daniel, com a palavra.

O SR. DANIEL EDUARDO ELLER JUNIOR - Boa noite a todos. Eu queria cumprimentar o Deputado Alan, a Mesa, na pessoa do Deputado Alan. Queria agradecer aos garimpeiros que estão aqui presentes e aos empresários que estão aqui representados pelos seus colegas de trabalho, seus colaboradores.

Acho que a maioria do assunto que eu queria falar aqui já foi dito pelo Geomario, pelo João. Então, eu tenho só uma colocaçãozinha para fazer em relação ao Ministério Público. Eu gostaria que a nossa representante, a Doutora Laila, levasse lá para o pessoal do setor ambiental que nós, enquanto garimpeiros - que eu não sou garimpeiro hoje, mas já fui -, estamos dispostos a levá-los lá no garimpo para

que eles vejam a realidade do que é realmente, e repensar a respeito daquele decreto que o Governador Marcos Rocha fez e foi revogado a pedido do Ministério Público.

Eu queria que o Ministério Público se fizesse presente no rio, no garimpo, nos ribeirinhos para conhecer realmente a realidade *in loco* para poder formar opinião, para poder repensar a respeito dessa cassação desse decreto do Governador Marcos Rocha. Esse decreto do Piana, que é o que impede a legalização por parte do meio ambiente, foi feito na época do Piana e é um decreto inconstitucional, porque quem legisla sobre o subsolo é a União, não o Estado. O Estado fez um decreto inconstitucional que já deveria ter sido cassado. Aliás, ele foi proposto, a cassação, pelo Governador Marcos Rocha e o Ministério Público e a Justiça nossa através do Tribunal, revogou esse decreto do Marcos Rocha, que é uma injustiça muito grande.

Só para citar de exemplo, o meu comércio está aqui há 40 anos, e de 2022 para 2023 devido a essa perseguição que está tendo no garimpo, na pecuária, no agro, nós tivemos uma queda de vendas em 50%, de 2022 para 2023. Deve-se fechar em 49% a nossa venda em relação ao ano passado.

Ainda hoje, eu atendi um cliente que tem um lavador - a gente vende, além do garimpo, a gente vende muito para a cidade. Um cliente nosso que tem um lavador, ele estava reclamando hoje comigo, pela manhã, coincidentemente, que no ano passado ele tinha 14 trabalhadores, no início do ano ele reduziu para 7, e agora, está com 3 trabalhadores. Isso é um exemplo do que está acontecendo na cidade.

O garimpo deixava aqui na cidade, de forma legal, R\$ 60 milhões por mês, com emissão de nota, fora aquilo que era vendido ilegal que chega na ordem de R\$ 100 milhões. Quando a Tânia falou de 85 equipamentos que rendem para o Estado R\$

2,5 milhões de impostos, ela foi muito humilde em falar só da cooperativa que ela representa. Agora, a maior parte do consumo de óleo diesel se dá nas balsas, que a maioria não são legalizadas, até mesmo porque não conseguem se legalizar.

Então, se você somar isso, a representatividade que tem, que o município está deixando de arrecadar é muito, muito, maior do que isso. O que o Estado está deixando de arrecadar é muito, muito, maior do que isso. Nenhum garimpeiro tem interesse em trabalhar ilegal, em vender seu ouro ilegal. Fazem isso porque é o meio de sobrevivência e não têm como fazer de forma legal.

E isso aí, hoje, a grande culpa que tem hoje, a partir de 2021, é do Ministério Público que entrou com a ação e revogou o decreto do Governador Marcos Rocha. Se não tivesse havido essa cassação do decreto, a Sedam já estava com tudo pronto para poder fazer a normatização, estariam todos trabalhando de forma legal e o município não estaria vivendo essa crise financeira que está vivendo esse ano.

Gostaria de mencionar que o nosso amigo lá de Brasília, teve uma palavra muito infeliz, ao comparar o garimpeiro com os piratas do rio. Ele mencionou no documento que a Tânia leu, que o garimpeiro e os ladrões são um grande entrave para a hidrovia. Eu acho que ele foi muito infeliz nessa colocação.

Vou repetir aqui o convite ao Ministério Público, que caso queira, nós temos condições. Temos jeito de fazer o transporte e levá-los até uma draga, uma balsa, para ver a forma como é trabalhada e tirar essa impressão de poluição, de dano ambiental, de mercúrio, que se tem essa ideia negativa, que não é verdadeira. Muito obrigado. Um boa noite.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Obrigado, Daniel. Parabéns pelas palavras, obrigado pela participação, obrigado pela paciência, está bom? Obrigado mesmo.

Convido o Leonardo Andrade, representando a Associação Rondoniense dos Engenheiros Ambientais. Com a palavra Leonardo.

O SR. LEONARDO ROSA ANDRADE - Olá, boa noite a todos. Eu sou o Leonardo Rosa Andrade, sou engenheiro sanitário ambiental, Mestre em Engenharia Sanitária. Sou filho desta terra, rondoniense, tenho 34 anos, formado pela UNIR (Universidade Federal de Rondônia). Estou aqui na condição de representante da Associação Rondoniense dos Engenheiros Ambientais. Em nome do nosso Presidente, Senhor Wekecley Bianqui, e também conversei a pouco, com o Presidente do CREA-RO, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, o Senhor Carlos Antonio Xavier, que também me autorizou a falar em nome dele aqui, nesta solenidade.

Cumprimento o Senhor Deputado Alan Queiroz, em nome de quem também cumprimento toda a Mesa. Na condição então, de representante da AREA (Associação Rondoniense dos Engenheiros Ambientais) e do CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), e em nome de todos os engenheiros ambientais do Estado de Rondônia, eu afirmo aqui, diante das autoridades dessa Mesa, bem como, também dos representantes da sociedade civil, que eu sou favorável a quaisquer intervenções que sejam estruturais ou estruturantes que possam trazer benefícios aos rondonienses, desde que sejam respeitadas a legislação ambiental, a autonomia e os modos de viver das populações tradicionais, os usos múltiplos dos recursos hídricos e, principalmente, que os custos

envolvidos sejam de fácil absorção por parte do setor produtivo e consumidor rondoniense.

Diante das informações disponíveis e do que a gente já ouviu hoje aqui nesta Audiência, não vislumbramos, no momento, que a outorga hidroviária do rio Madeira possa trazer, a curto e médio prazo, os benefícios capazes de justificar a privatização do rio Madeira, razão pela qual somos contrários à utilização deste mecanismo no momento.

Mas, aqui eu deixo aberto à essa Casa que a gente se coloca – tanto a Associação Rondoniense dos Engenheiros Ambientais, quanto também do CREA – à disposição para participar tecnicamente das discussões vindouras acerca deste e de outros temas que envolvam a temática da engenharia ambiental. Obrigado.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – Muito obrigado, senhor Leonardo. Obrigado pela participação, aqui representando também nossos engenheiros e o CREA. O Carlão, quero estender um abraço a todos os nossos engenheiros, a exemplo aqui também do meu parceiro, nosso assessor hoje legislativo, que também é engenheiro, o senhor Kruger Darwich. Nosso abraço a todos os engenheiros, está bom?

O SR. APODI FRANCISCO MIRANDA FREITAS – Deputado Alan.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – O senhor pediu a palavra?

O SR. APODI FRANCISCO MIRANDA FREITAS – Rapidão.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Por favor. O seu nome, por favor?

O SR. APODI FRANCISCO MIRANDA FREITAS - Apodi. Sou Presidente da Freitas Mineradora da Amazonas.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Só para ficar registrado.

O SR. APODI FRANCISCO MIRANDA FREITAS - Obrigado. Quero saudar toda a Mesa e o deputado, pela coragem.

A gente falou de tudo um pouco, mas o meu tema aqui, que eu quero falar, é para o Doutor Eduardo. Defensoria Pública, pelos direitos humanos. Não sei se o senhor tem conhecimento, se chegou até o senhor vídeo de WhatsApp, enfim, da forma que a Polícia Federal trata os garimpeiros na hora da abordagem nas operações. Tipo, é muito bom você ir lá, explode as dragas, toca fogo e deixa os garimpeiros à mercê, na beira do rio, com criança nos braços, sem condições de voltar para casa, sem comida e sem água.

Então, eu preciso que o senhor convoque a Polícia Federal, o Diretor da Polícia Federal para essa situação. E essa Casa de Leis tem a obrigação também de ver essa situação. Também todo o Poder Judiciário, porque lá ninguém é delinquente, não. Lá tem crianças. Lá tem pais de família. Eles podem fazer os trabalhos deles, sim, autuar, notificar, tocar fogo. O que eles estão fazendo? Estão cumprindo a lei. Beleza. Mas, não esqueça que lá tem seres humanos. E tem

crianças também lá. E tem idoso lá também, em cima das dragas.

Então, assim, é muito fácil eles tocarem fogo em tudo, deixar todo mundo na beira do rio, perigoso um jacaré morder, uma cobra morder, uma onça ir lá, morder, comer um garimpeiro. Só o que tem é vídeo, e eu mando para o senhor os vídeos aqui. De madrugada, de noite, criança chorando na beira do rio.

E não é só aqui em Rondônia, não. É de Rondônia até chegar no Amazonas como eles fazem essas operações. Então, isso acho que é uma covardia. Nós não estamos morando lá no lá fora do Brasil, naquela guerra, não. Nós estamos morando aqui em Rondônia. Aqui no Amazonas.

Então, assim, eu acredito que o Poder Judiciário, o senhor, que é pai de família, olhe essa situação em questão à operação da Polícia Federal quando estão fazendo essas operações dentro do rio Madeira, está bom? Essa é a minha fala. Muito obrigado.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Obrigado, senhor Apodi. Obrigado. Obrigado pelo registro. E nós vamos tentar ainda ver se consegue gerar o vídeo ali também. Estamos tentando ainda, na hora que estiver ok me avisa aqui, por favor.

Senhora Mara de Amorim, que é Presidente da Associação ASDESBRAVARON (Associação dos Desbravadores do Estado de Rondônia), é isso mesmo? Se eu errei a pronúncia aqui...

A SRA. MARINALVA DE AMORIM SANTOS - Isso. Aqui. A de amarelo. Patriota. A patriota.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Ah, desculpa. Senhora Mara, com a palavra, viu?

A SRA. MARINALVA DE AMORIM SANTOS - Boa tarde a todos. Boa noite, não é? Que eu entrei aqui era de tarde.

Eu sou Presidente da Associação de Patriotas do Estado de Rondônia. Me convidaram porque a gente está apoiando também os garimpeiros, por tudo que está acontecendo, e viemos aqui ver o que estão fazendo em favor dos garimpeiros. Só que a gente encontrou outra situação, que é a concessão do rio.

A gente sabe que o rio Madeira é um rio muito rico, porque se não fosse assim, não haveria uma usina em cima da outra. Porque aqui já temos a Usina de Samuel, a Usina de Santo Antônio e a Usina de Jirau. Essas três usinas, quando foram para ser implantadas, prometeram muitas coisas, mas não cumpriram nada. E assim também pode ser que aconteça com essa concessão do rio. Por quê? Porque prometeram compensação social. Não tem compensação social.

Tiraram os moradores lá da Velha Mutum, que eu era uma moradora da Velha Mutum. Morei lá pouco tempo, mas morei, na época da usina. Não houve compensação social. A única compensação social que houve lá, da Jirau para o povo da Velha Mutum, foi o colégio militar, o CTPM (Colégio Tiradentes da Polícia Militar) II, que está lá em Jaci-Paraná, ao qual eu trabalhei muitos anos costurando lá para eles. Fora isso, não tem nada. Tiraram o povo dos seus habitats naturais, porque a Velha Mutum era um habitat natural para muitas pessoas, que nasceram lá. Cresceram,

tiraram eles de lá. Prometeram mundos e fundos, não cumpriram.

Então, o que eu falo aqui para vocês? Se realmente isso for aprovado, essa concessão for aprovada, ela só poderá ser aprovada quando tiver as compensações sociais prontas, que o povo tem o direito e o dever de receber as coisas que eles vão prometer. Porque prometeram roupas para o militar. Não deram. Prometeram empresas lá em Nova Mutum, não tem. Se você chegar na Nova Mutum, ela está praticamente uma cidade abandonada. O único emprego que tem lá é da usina. Da Usina de Jirau. Mas, mesmo assim, é pouco, porque a maioria dos trabalhadores já foram embora ou maioria dos serviços já acabou.

Eu morava na Velha Mutum, estou na Nova Mutum. Eu estou aqui porque sou presidente da associação. Então, eu tenho que estar trabalhando. Mas, a Nova Mutum está praticamente abandonada. A polícia saiu de lá também. A polícia agora voltou para Jaci-Paraná. Então, onde essas compensações, onde essas concessões estão passando, elas estão deixando destruição. Elas não estão trazendo benefícios nenhum para nós. Rondônia é o Estado que mais tem usina e é a energia mais cara. E como é que iremos pagar a energia mais cara se os nossos meios de sobrevivência estão sendo tirados.

Os garimpeiros, por exemplo, precisam trabalhar. O pai dos meus filhos emprestado aqui, é garimpeiro. O meu marido é garimpeiro. Ele passa mais de 60 dias fora de casa. Draga é casa também, gente, e as polícias estão queimando casas. Casas cara de trabalho, sim. Mas, é casa. Se come, se dorme e se vive lá. Estão sendo queimadas essas casas. Isso é inadmissível. Onde, em que país estamos vivendo e que tipo de mundo é esse? Onde os trabalhadores estão sendo condenado por algo que não fizeram.

Estão sendo executados crimes que não tem lógica. Onde que um trabalhador, que respeita a polícia, chega a polícia, chega dez policiais. Tem mil trabalhadores, mil garimpeiros. Eles não vão fazer nada. Eles simplesmente saem das dragas e eles queimam as dragas deles. Se eles fossem bandidos, eles eram recebidos a tiros. Os policiais seriam recebidos a tiros.

Assim como nós, como eu, sou presidente da Associação de Patriota. Nós, patriotas, somos considerados como terroristas, porque estávamos lutando pelo nosso país. Porque sabíamos que tudo isso ia acontecer. Tudo o que está acontecendo no nosso país agora, a gente sabia que isso iria acontecer.

Por isso vamos pra frente do QG (Quartel-General) para lutar pelo nosso país. Porque o nosso país está afundando e a gente não pode fazer nada. O governo que aí está, é um governo ditador. Ele está destruindo cada dia mais. Eu sei que muita gente está vendo tudo que está acontecendo com o nosso país. Mas, se nós não fizermos nada, vocês como os nossos representantes, tem que ir mais a fundo, tem que lutar mais.

Eu agradeço vocês terem feito essa Audiência, mas precisa mais. Precisa da audiência dos garimpeiros, precisa da audiência dos patriotas que foram expulsos da frente dos QG, como se fosse cachorro. Nós não somos cachorro, nós somos seres humanos, assim como todos que estão aqui, assim como vocês.

O governador colocou polícia, Exército, tudo, para nos proibir de fazer uma manifestação no Espaço Alternativo no dia 11 de janeiro. Nós fomos expulsos praticamente. Tinha mais policiais do que gente no Espaço Alternativo. Nós fomos humilhados e é assim que está acontecendo com todo o Brasil

e também com Rondônia. Estamos sendo humilhados para que o sistema possa ter o que eles querem.

Os garimpeiros estão sendo tirados para que as grandes empresas possam ganhar o dinheiro deles. Os nossos garimpeiros estão sendo tirados e as pessoas estão sendo tiradas do seu habitat natural, para que o dinheiro possa falar mais alto. E não é isso. O dinheiro não pode falar mais alto. O que pode falar mais alto é o amor pela família, os garimpeiros e todas as pessoas que estão aqui, estão lutando pela sobrevivência. Aqui estão aqui meus filhos. Eu estou educando eles como patriotas. Para que eles possam amar o país. Amar o lugar onde eles vivem e não destruir.

Nós que trabalhamos, que lutando, eu tenho certeza que todos que tão aqui são pessoas direitas, pessoas que estão lutando pelo bem-estar e pelo país. Nenhum de nós que está aqui, procurando melhoria, se fossemos bandidos, não estávamos aqui procurando melhoria para o nosso país pela lei. Estaríamos procurando melhoria através da força e nós não somos assim. O garimpeiro e qualquer outra pessoa que busca ser passivo, que busca a melhoria do país, eles têm que ser respeitados.

Por que nós não somos respeitados? Por que os garimpeiros não estão sendo respeitados? Por que os pais de família não estão sendo respeitados? Por que os ribeirinhos não são sendo respeitado? Porque todos os que estão querendo entrar estão visando o bem-estar deles, não o nosso. Olha, primeira coisa, quais são os benefícios que vão ser feitos por essas concessões, que está vindo para cá? Quais são os benefícios? Quais são os prejuízos que estão vindo? Porque com as usinas vieram muitos prejuízos. Muito prejuízo.

Jaci-Paraná está abandonado. Se vocês fossem para Jaci-Paraná, era uma cidade que tinha praia lá. Hoje em dia não

tem mais essa praia. Tentaram fazer uma praia artificial. Mas, ela não vai pra frente porque ela é artificial. Água vem e leva. Em toda época de enchente a água vem e leva as areias.

Outra coisa, a PGO (Plano Geral de Outorgas) nos procure. Procure os líderes aqui. Os que estão aqui, são líderes, pessoas que querem ajudar a Rondônia crescer. Nós somos povo de direita. Nós somos povo do bem. Nós queremos o melhor para o nosso país. Nós queremos o melhor para o nosso estado. Eu sou da terra. Eu sou da terra. Eu sou de Rondônia. Eu nasci lá em Costa Marques, lá no Forte Príncipe da Beira. Eu nasci lá. Então, assim, eu amo o meu Estado.

Eu peço que vocês, como nossos representantes, procurem nos defender mais. E uma coisa que eu vou deixar aqui para vocês que vão votar agora, gente: procurem direitinho os candidatos de vocês para não se arrependerem depois.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Obrigado, Mara. Exatamente, Mara, na sua fala é que foi idealizada a discussão para a gente apresentar aqui uma Audiência Pública, porque, quando a gente ficou sabendo, a gente não foi procurado por eles para discutir. Nós ficamos sabendo. E para a gente não ter a surpresa de depois chegar algo pronto para a gente "está aqui, ó, é isso aqui, vocês têm que engolir", nós começamos o debate aqui onde eles nem têm ainda o projeto finalizado, mostrando...

O SR. JOSÉ MILTON DE AGUIAR ARAÚJO - Qual a finalidade?
(fora do microfone)

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - De mostrar que a gente está atento e que a gente não vai aceitar vir imposição de goela abaixo.

O SR. JOSÉ MILTON DE AGUIAR ARAÚJO - Tem algum parecer favorável **(ininteligível)** contrário? **(fora do microfone)**

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Não, nós estamos discutindo... é o que eu acabei de falar agora há pouco, a gente não está em uma Audiência pública específica para o garimpo, mas nós vamos fazer essa tratativa aqui. Eu só não posso precisar para vocês o dia que será, porque tem toda uma tramitação aqui dentro da Casa que tem que ter a Indicação e tem que passar ainda para saber quais as datas que tem disponível, está bom?

Então, eu não vou criar uma expectativa. E eu sou uma pessoa muito correta nas minhas coisas. Eu gosto de tratar quando tem algo certo, do dia certo. Aí, sim, eu consigo precisar para vocês o dia que será. Mas, eu me comprometo que a gente vai, juntamente com outros deputados também que defendem essa causa, achar uma data correta e a gente tratar aqui só o tema garimpo. Está bom? Beleza? Combinado.

Gente, eu vou passar aqui para a gente continuar, porque, respeitando, temos ainda três inscritos aqui. Eu quero contemplar todos com a fala, por favor.

É Patrícia Maria, que é esposa do presidente da COOPMGE E a Mineração Araras? É você? Por favor, Patrícia, com a palavra.

A SRA. PATRÍCIA MARIA CORDEIRO - Certo. Eu quero agradecer a oportunidade à Mesa, o Deputado Alan Queiroz.

Então, sou da COOPMGE (Cooperativa de Mineradores e Garimpeiros Eldorado) e representando também a Mineração Araras. Já que querem privatizar o rio Madeira e o Rio Amazonas, por que não liberar a BR-319? São 700 quilômetros de BR ali. Certo? Ali, no verão, se faz com meio dia. Em sete horas de viagem, se chega ao Porto do Careiro, lá em Manaus a soja, o peixe. Há um tempo – está com uns dois anos que eu fiz esse trecho –, tinha muitas carretas atoladas lá. Carretas de peixe, de soja, atoladas na 319. Por quê? O custo da balsa é R\$ 7 mil para se sair de Porto Velho e chegar a Manaus. Às vezes, eles preferem fazer por terra para economizar no gasto da balsa e no tempo que leva sete dias, cinco, seis dias de rio abaixo, e sete dias de rio acima, de lá pra cá novamente.

Então, assim, tem que se pensar na 319. Certo? “Ah, tem muito bicho lá”. Não tem bicho nenhum. Não tem onça, não tem papagaio, não tem periquito, não tem nada lá. Se você transita o dia todo lá, você não encontra nem um calango passando na 319. Nenhuma alma viva sequer.

“Ah, vai ter impacto ambiental...” Não, não vai ter. Impacto ambiental vai ter se realmente houver a privatização do rio Madeira e do rio Amazonas. Porque vai alagar, certo? Aqueles ribeirinhos que ali estão vão para onde? Onde que eles vão ser colocados? Certo?

Sim, na seca o rio vai lá embaixo. Porque não pensar na 319 na época da seca, que as balsas não conseguem transitar? Entendeu?

E outra, falando agora na área da mineração. E quem tem subsolo nos rios? Como é que vai ser? Vai ser indenizado o

setor da mineração que tem o subsolo lá, os títulos minerários? Você entendeu? Tem que ver tudo isso.

E hoje, igual eu falei, eu fiz uma pesquisa ainda agora, eu tenho meus irmãos, meus pais são caminhoneiros. Acabei de ligar há pouco, eles falaram: são R\$ 7 mil um frete de Porto Velho a Manaus de carreta.

Quantos cabem em uma balsa daquela? Quantos cabem? Quantas carretas cabem em uma balsa?

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Fala aí, Raimundo. Você que conhece.

A SRA. PATRÍCIA MARIA CORDEIRO - Quantas carretas? São 90 carretas, R\$ 7 mil, dá quanto? Então, o custo é menor, se houver realmente a liberação da 319. E sem falar que na 319 tem moradores, tem ribeirinhos, tem plantador de banana, de açaí, de peixe, cultiva, gado. Tudo tem ali na 319, que leva tudo para Manaus.

E outra, os mineradores não são bandidos. Aqui eu sei que a pauta não é da mineração, mas a classe mineradora vai ser mais uma vez, como a Tânia falou, enganada. A Tânia esqueceu de falar que nós, mineração, os mineradores, somos os que mais produzimos impostos nesse país.

A gente gera mais impostos do que o agro, do que a pecuária, em CFEM (Compensação Financeira pela Exploração Mineral). Isso foi esquecido de pautar na pesquisa que falaram aí. O Estado de Rondônia é o que mais exporta minério tantalita para o mundo. Rondônia - como é que fala? - é o primeiro garimpo que produz toneladas e toneladas, do mundo. É Ariquemes. Garimpo Bom Futuro está em primeiro lugar.

Entendeu? Assim, a gente, na área da mineração, é a classe que mais produz impostos nesse país e a que mais leva a paulada.

Então, tem que ver esse lado. O Brasil se anda é primeiro pela mineração, pela classe minerária. Se hoje você tem um carro, você tem uma casa, tudo vem da mineração, se você tem um telefone vem da mineração. Tudo, 100% minério. Entendeu?

Se hoje o telefone é rapidinho é por conta da mineração, da tantalita, da terra-rara, que é colocado dentro do telefone. Você entendeu? Então, assim, "bora" pensar um pouco no lado minerário. O Madeira hoje, igual foi falado, tem quatro hidrelétricas, se não me engano, é isso, não é? Para que foram instaladas realmente essas hidrelétricas, de três a quatro. Agora, estão querendo colocar no Ribeirão, no Yata mais duas. Para que isso? Será que é realmente para transportar energia? Não é. É para mais uma vez sermos roubados.

Você entendeu? A gente está roubado desde 1500, a gente continua sendo roubado, sendo lesado em todos os sentidos. Essa é minha indignação.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Obrigado Patrícia. Muito obrigado mesmo.

Só fazer um registro da questão da BR-319. Nós temos inclusive uma Frente Parlamentar que foi criada por representantes de Rondônia, tanto estadual quanto federal, que a gente também tem essa pauta muito forte, que a gente defende. Inclusive, nós tivemos a oportunidade agora de eleger um deputado estadual de Rondônia como Presidente do Parlamento Amazônico.

Então toda Amazônia, representando todos os Estados da Amazônia, hoje está sendo presidida por um deputado estadual nosso, que é o Deputado Laerte Gomes. E a pauta número um, foi feita uma divulgação agora, é exatamente a BR-319. Só que, infelizmente, a gente recentemente ouviu a fala da Ministra Marina Silva, que é vizinha nossa aqui, do Acre, que ela é contra a construção da BR-319, por achar que não tem viabilidade econômica, tem muitos impactos ambientais.

Enfim, é uma situação difícil, mas que a gente agora vai discutir isso, não apenas com relação à questão Rondônia ou Amazonas, mas a gente vai estar no Parlamento Amazônico, oito Estados envolvidos nessa discussão também. Obrigado e parabéns pela lembrança.

Temos mais dois aqui ainda. Raimundo?

O SR. RAIMUNDO HOLANDA CAVALCANTE FILHO - O senhor me concede 30 segundos? **(fora do Microfone)**

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Concedo. Deixa só eu chamar aqui a dona Etelvina e em seguida eu passo para você Raimundo. Pode ser, Raimundo? 30 segundos. E por último vamos ouvir o Sérgio e a gente já vai finalizando aqui a nossa Audiência Pública.

Etelvina Rosa de Macedo que é cooperada da Cooperativa Coogarima.

A SRA. ETELVINA ROSA DE MACEDO DE CARVALHO - Boa tarde a todos. Quero cumprimentar aqui o Deputado Alan Queiroz e em nome da Coogarima, a nossa cooperativa dos garimpeiros, uma das cooperativas, eu quero agradecer por essa Audiência

e por estar aqui representando essa classe. Enfim. Eu vou ser bem breve nas minhas palavras.

Eu fico muito revoltada, deputado, quando é mencionado garimpo ilegal, principalmente quando veio através do nosso Presidente, atual Presidente da República, que ele falou muito isso, ele levou muito essa fala "eu vou acabar com o garimpo ilegal, com o agronegócio". E trouxe essa fala, eu senti como uma revolta, como uma vingança dele.

Há mais de quatro anos eu estive em Brasília, juntamente com o Presidente da Coogarima e o nosso advogado. Nós tivemos em Brasília justamente para lutarmos por áreas. E, antes de ir a Brasília, eu tenho umas PLG's e eu comecei a ligar para uma pessoa do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), que era um funcionário e ele falou assim para mim, eu me apresentei por telefone, me identifiquei, é claro, e ele disse: "Com quem eu estou falando?". Aí eu disse do assunto que eu queria tratar com ele e continuei a ligar. Ele falou: "Fique me ligando, me ligue, que eu vou dar a resposta a respeito do teu processo."

E um dia, um certo dia, ele ficou com muita raiva, acho que se exaltou: "Olha, senhora, você que me liga sempre aqui? Eu falei: "Sim." "Eu vou te dizer, o que vai acontecer com os teus processos.". E eu falei: "Então, diga." "Os teus processos serão sepultados! E não me ligue mais, você está incomodando!" E daí, eu falei para ele dessa maneira: "Então, eu sirvo a um Deus que ressuscita morto. Eu vou aí em Brasília com você, e eu vou te conhecer pessoalmente."

E, graças a Deus, eu com amigadas, com muitos políticos que tenho, é muito importante também esse apoio dos deputados estaduais do nosso Estado de Rondônia, como também é importante o apoio dos deputados federais, da bancada federal em Brasília. Porque, se nós não tivermos esse apoio, lá em

Brasília, porque tudo é resolvido por lá. Tudo se resolve por lá. E esse deputado, na época, nos deu o maior apoio, nos levou, não é, Rodrigo? Nos levou a Brasília, no Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, e, ao chegar lá, encontrei a dita pessoa que disse que ia "sepultar os processos", que são os processos da PLG, que são os Processos de Lavra Garimpeira, que nos concede o direito de trabalhar legalmente.

E aquele camarada veio com o Diretor e falou que a pessoa que estava ali, que era o dono, no caso dos processos, era uma incógnita, que nunca esteve lá, que só tinha uma representante. E essa pessoa havia passado esses processos para a gente e nós fomos lá em busca da liberação. E ele teve a cara de pau de falar para mim dessa maneira: "Por que é que você procurou o Diretor aqui do DNPM? Por é que que você não veio comigo? Sou funcionário aqui há 35 anos. Sabe o que é que vai acontecer, minha senhora, com seus processos? Seus processos nunca vão sair daqui. Aqui tem processos de 40, 80 anos que estão aqui engavetados.". Dessa maneira, ele falou.

Eu falei assim para ele: "Olha, querido, daqui a 40 ou 80 anos eu estou morta. E eu quero, nós queremos, usufruir daquilo que é nosso por direito; e, graças a Deus, nós conseguimos áreas. Mas, queremos mais. Porque as áreas que temos aqui, não são ilegais, são legais. Vendemos ouro legalmente, temos área liberada, pagamos impostos altíssimos; portanto, somos perseguidos."

Perseguidos, como já foi dito aqui, pela Polícia Federal - é claro que eles trabalham a mando de alguém -; alguém está por trás disso. E os garimpeiros são tratados como bandidos. É uma abordagem terrível a forma que eles fazem, explodindo dragas, tratando mal as pessoas como se fossem

ali, pessoas de facção. É um cenário de guerra. Foi horrível o que gente viu aí, um dia desses, atrás.

Eu mesma tive uma embarcação minha multada, com tudo legal, entendeu? Com tudo legal. Aí, chegam lá, e fazem aquela abordagem: "Está aqui parado, por quê?" Ah, por isso, por isso. Nós temos a liberação. "Não. Vamos aqui multar.". Eles já chegam e eles não querem saber, do que você tem para falar, se você está legal, se você está ilegal.

O que é ilegal? Por que é que tem muitos lugares que são ilegais? Porque não é liberado. Porque chegam naquele local, lá em Brasília, naquele setor a que compete a liberação dessas áreas, e eles sentam em cima, colocam as mãos de ferro. E aqui todos ficam lutando, pagando impostos, correndo atrás disso, daquilo, e, quando chega lá, nada acontece! Porque tudo está na mão dos políticos. Nada, nada se movimenta sem um político.

A gente não consegue uma audiência lá em Brasília se não for por meio de um deputado federal. Se for a gente sozinho lá, batemos, a porta é fechada, não é? Então, nós estamos aqui agradecendo ao Deputado Alan Queiroz por essa Audiência. E nessa Audiência Pública, tenho certeza de que vão haver mais audiências, em que todos nós, não somente os garimpeiros, porque nós somos empresários minerais. Extrativistas minerais. "Ah o garimpeiro é o quê?" É aquele que fica com a bateia, nós temos o nosso valor, não é? Como todo trabalhador tem. Como toda as classes têm um representante. Nós temos que ter representantes. Não somente no Estado, mas também em Brasília, em nosso país, o nosso Brasil.

O garimpeiro é tratado como bandido, como se fosse um traficante. Como que o minério fosse uma coisa terrível. E o primeiro poder, o primeiro poderoso que deixou para o

homem, foi Deus; Deus deixou a terra, Deus deixou o cultivo, Deus deixou o minério, toda a riqueza da terra para o homem.

Mas, infelizmente, a gente é barrado. E só o coitado, só o pobre, só o trabalhador é que é massacrado. Nós tivemos aqui, como foi falado – já vou terminar aqui –, as usinas, a implantação, a construção das usinas, que na verdade trouxe, sim, um impacto ambiental para nós, dragueiros. Para nós que temos as nossas dragas trabalhando, nós sabemos o impacto que hoje sofremos. E quando estivemos em Brasília, o que foi dito no IBAMA? Não foi, Rodrigo?

Estivemos no IBAMA e quando chegamos lá o Diretor do IBAMA perguntou qual era o objetivo da nossa reunião com eles. E ali foi falado o objetivo da reunião. O objetivo era o impacto ambiental que as usinas causaram para nós. Aí ele falou assim, "Mas, não é isso que estamos aqui sabendo. Não é isso que está sobre a nossa mesa. A informação que temos é que não houve nenhum impacto ambiental, que na verdade a produção de vocês melhorou, a produção de vocês aumentou". Aí foi explicado, foi relatado todo o impacto que já tinha tido várias reuniões a respeito do impacto que a usina trouxe para o rio Madeira, que todos nós sabemos, e o Diretor nos aconselhou e falou: "Olha, já estava aqui na mesa e iria para a gaveta. Voltem para Porto Velho, contratem um engenheiro, um engenheiro bom, porque tudo isso que vocês estão falando aqui para nós tem que vir no papel escrito".

Nós temos uma cooperativa e somos legais. E pelo impacto que sofremos, por direito, nós temos que ser, não é a indenização que queremos, nós estamos lutando por um valor, por um valor que possa melhorar o nosso maquinário. Porque quando a gente entende "vamos indenizar", se indenizar entende-se que o garimpo vai acabar, não é? Indenizou, cai fora. Não, a gente quer o valor, que é isso que nós estamos lutando ainda. E esse valor ainda não foi passado para nós.

O impacto existe, o processo está aí, o valor para ser recebido. E, assim, gente, nessa privatização que está sendo discutida hoje nesta Audiência Pública, eu sabia, sim, que ia ser tratado da privatização do rio Madeira. E com a privatização do rio Madeira, também nós, que somos garimpeiros, que temos nossas dragas, com certeza seremos prejudicados, sim. Então tem que ser um assunto colocado, uma coisa vai puxando a outra.

Da forma que as usinas trouxeram impacto, com certeza, essa privatização também trará impacto. E da forma também que nós não recebemos o valor que estamos pedindo por direito, porque pagamos os nossos impostos e temos as nossas áreas liberadas, que não é ilegal; é legal. Somos legalizados, porque se nós não fossemos legalizados, nós teríamos as nossas dragas, não teria mais nenhuma draga aqui em cima.

Aqui embaixo, como tem a Coogarima, tem a Coogam, que têm suas áreas aqui, foi discutido e já foi falado o porquê essas áreas têm as áreas liberadas – não é, Doutora Tânia –, mas aí estão retidas. Então, cabe aos deputados estaduais, ao Governador do Estado, juntamente com a bancada federal, em Brasília, para que seja discutido esse problema que está acontecendo aqui, porque uma coisa vai puxando a outra.

O Estado de Rondônia, os deputados estaduais se juntam com os deputados federais e é discutido em Brasília, porque se não for assim a gente não vai ter força, a gente não vai conseguir e aí a gente vai ficar com a mão lavada. Não vai acontecer nada. Draga sendo destruída, o patrimônio que as pessoas levam anos e anos para construir é destruído em um segundo. “Vai embora bandido, vagabundo, prostituta, isso e aquilo...”. Enfim, são essas palavras horríveis que as pessoas escutam.

Eu sou filha de garimpeiro. Estou aqui em Rondônia desde 1988. Chequei aqui e o garimpo já existe desde de 1970. E hoje estamos sendo perseguidos dessa maneira, por quê? Qual é o objetivo? O que está por trás dessas perseguições? Por que as dragas estão sendo explodidas e queimadas? Tem algo muito forte por trás disso. Há um interesse. E não é interesse de acabar, de preservar; é um outro interesse diferente, que é o que está sendo discutido hoje aqui.

Então, eu agradeço, gente. Agradeço essa oportunidade, agradeço ao senhor, Deputado Alan Queiroz. E a todos. Muito obrigado. Que Deus abençoe. E vamos lutar, porque a gente vai conseguir, em nome de Jesus.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Muito obrigado. É isso aí. Obrigado mesmo.

Eu já vou chamar o Sérgio para ser o próximo. Raimundo, faz os 30 segundos e em seguida o Sérgio fecha. Está bom?

O SR. RAIMUNDO HOLANDA CAVALCANTE FILHO - Deputado, muito obrigado. Eu sei que está muito adiantado, mas eu queria quebrar dois paradigmas. Primeiro, da fala da senhora em relação à 319. Existe um paradigma de que a navegação é contra a construção de estrada. É muito pelo contrário. Nós nos completamos. Não existe navegação sem rodoviário; assim como não existe um rodoviário forte sem navegação, principalmente na Amazônia. Então, todas as estradas construídas, hoje, ou duplicadas e toda ferrovia, ela tem como destino os portos.

Segundo, deputado, nós somos totalmente favoráveis ao garimpo. Nós achamos que o garimpo não é um problema para a navegação. Muito pelo contrário, o garimpo é um parceiro da

navegação. A única coisa que falta para o garimpo é nós tentarmos, e o garimpo deve ser ordenado. A área que é boa para o garimpo, não é boa para navegar. Então, o garimpo sendo ordenado, nós estamos ali em uma parceria constante.

Eu quero me colocar... eu troquei aqui o telefone com a Doutora Tânia e ao senhor, deputado, de que a navegação brasileira vai estar presente, quando tiver uma Audiência Pública do garimpo para trabalhar junto com os senhores, para que a gente ajude a liberar o garimpo e que a gente ajude a ordenar; que a gente busque riqueza para a Amazônia, a navegação e o garimpo, juntos, existe espaço para todos nós.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Parabéns Raimundo.

Sérgio é Conselheiro Fiscal do Sindicato dos Garimpeiros. Sérgio você pode começar a fala, por gentileza.

O SR. SÉRGIO LUIZ M. TESSER - Muito obrigado pela oportunidade você está nos dando de poder falar um pouco. Vou falar um pouco dessa hidrovía, mas a nossa pauta maior é o garimpo, realmente.

Essa hidrovía, realmente, pode ser benéfica? Pode. Mas, temos exemplo igual o Sena falou, o senhor Daniel, e muitos outros falaram do impacto que tiveram as usinas. Eu participei desde o começo das usinas. Fui representante dos afetados. Sofremos muito. A ponto de termos que fechar a porta da usina por 10 dias. Inclusive eu, o senhor Sena, Tânia e muitos outros que participaram.

Bem, depois tive a oportunidade de participar de uma audiência pública na Câmara dos Vereadores, onde choraram o

leite derramado. Muito mesmo. Brigando, que o vereador que aceitou devia ser preso, que fulano devia ser preso, que não devia. Eu subi lá e falei para eles: "Por que vocês não correm atrás então, do resto, não do leite derramado?"

Então, hoje, aqui, está sendo discutida a questão da hidrovia que pode ser, o que aconteceu com as usinas, está acontecendo e aconteceu, e que muitos aqui sabem muito bem. Pagamos a energia mais cara. Temos um problema, como garimpeiro, temos um problema sério porque as usinas impactaram o fundo do Madeira com o resíduo que corre. E hoje nós sofremos, não garimpamos como era antigamente.

Então, pode ser um negócio bom? Pode. Mas, tem que ser uma coisa estudada como o senhor mesmo falou. Tem que ser estudado e os melhores professores e técnicos para fazer isso são os ribeirinhos, são os moradores, é quem vive na região. Podem ter certeza disso.

Eu falo com propriedade porque eu vivo dentro do rio Madeira. Sou paranaense, mas sou rondoniense de coração, moro aqui há quase 40 anos. Cheguei aqui em 1985, dia 26 de abril de 1985. Tenho muito orgulho de viver nesse Estado.

E agora, nós não temos, falando da representatividade da nossa classe como garimpeiro. Toda a minha família foi criada, praticamente, chegamos aqui - eu cheguei, com 16 anos entrei no garimpo, em 1985. E estou até hoje. E posso dizer, com certeza, não tem nenhum ladrão, nenhum bandido na minha família. Todos nós dependemos do garimpo, vivemos o garimpo, não só eu.

Conversei essa semana com um empresário do ramo de materiais de construção e do agronegócio. Aí conversando com ele, falou assim: "É, mas tem que queimar mesmo". Eu falei: "Mas queimar, aí você se "lasca"." Ainda falei para ele bem

assim: por quê? Porque o garimpo, hoje, é uma fonte produtiva grande que produz dinheiro para essa cidade, e muito.

Eu tive o privilégio, eu, como muitos outros aqui, de ser colaborador desse Estado por quase 40 anos, trabalhando no garimpo, pagando impostos. E eu sou legalizado. Eu tenho meus impostos, eu pago meus impostos. Eu declaro meu imposto de rendas, eu pago meus impostos. Não sou bandido e como minha família também não é, e muitos outros que eu queria que estivessem aqui.

Eu vim falar daqui para eu olhar, mas infelizmente, é tarde, já foram a maioria embora. Mas são pais de família. A draga na qual eu trabalho - sou gerente da draga, meu irmão é o dono - da família, são 11 pessoas diretamente, que trabalham em cima da draga. E fora os que são beneficiados. Tanto aqui na cidade, comércio, como muitos outros.

Então, o que eu queria dizer e agradecer, é o seu empenho por nos ajudar nesse sentido. Nós, realmente, precisamos. Nós estamos pedindo socorro porque a nossa classe é muito desrespeitada, é muito. Infelizmente, nós passamos por situações bem difíceis agora, recente. Muitos amigos que o seu meio de vida, de sustentar a família, um dragueiro, queimaram a draga dele, hoje. Não que não seja digno o Orgulho do Madeira, mas vive lá. Um cara que tinha uma draga, tem uma família para sustentar e hoje, está morando lá. Porque queimaram tudo. Não deram a oportunidade sequer, de tirar as coisas de cima.

Então, é realmente é bem complicado. Não que lá não seja um lugar digno de morar ou coisa parecida, ou desmerecendo quem mora lá. Mas, eu falo assim, que a pessoa tem alguma coisa e de repente vê tudo cair água abaixo, isso é uma falta de respeito com o ser humano. Que hoje, muita das vezes, a gente vê que um animal é tratado com mais

respeito do que um ser humano, como o menino falou aqui: "que são jogados na beira do rio e você vá do jeito que dá". Então, isso não é meio de tratar um ser humano.

Então, agradecemos a sua boa vontade.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Obrigado.

O SR. SÉRGIO LUIZ M. TESSER - E o empenho dos outros, como o Deputado Jean Oliveira, o Deputado Marcelo e muitos outros que querem fazer. Como representante do Conselho Fiscal do Sindicato dos Garimpeiros - SINGRO, vamos lutar para que haja legalidade e, se há uma ilegalidade hoje, o culpado é o Estado. Porque não nos dá a legalidade para trabalhar. Eu odeio trabalhar ilegal. Eu odeio pagar propina. Porque não é dessa forma que eu aprendi. Dentro dos princípios bíblicos não é dessa forma.

Então, eu quero legalidade. Eu trabalho, quero trabalhar na legalidade. Fiz várias apresentações, em cima da draga, de como nós trabalhamos, de como o mercúrio é tratado. Mínimo dos mínimos que se perde. A UNIR, a Universidade do Rio de Janeiro, do Amazonas, vieram lá, fiz quatro vezes o trabalho em cima da nossa draga, de como é. Inclusive, essa nova metodologia que estão usando, esse método de tirar o mercúrio para usar um outro sistema aí que está em estudo ainda.

Mas, fui lá em cima, da draga, levei o pessoal lá, fiz como é feito, mostrei para eles, ficaram impressionados de ver que nós não perdemos praticamente nada. Mais de 98% do azougue é reaproveitado e não se joga fora, até porque é uma coisa muito cara e não podemos jogar fora.

Então, muito obrigado a todos. Agradeço à plateia que veio aí, que é representante dos garimpeiros, que são garimpeiros, realmente. Está bom? Obrigado a todos e estamos aí na luta.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Obrigado, senhor Sérgio. Foi muito importante. Obrigado, senhor Sérgio. Obrigado.

Queremos, só para finalizar, senhor Sérgio, na sua fala, se eu consigo contemplar o nosso objetivo. Exatamente. A vontade dessa discussão, desse primeiro debate, é para que, lá na frente, a gente não chore o leite derramado, usando aqui as suas palavras. Iniciar, dizer que, mesmo o projeto deles não estando finalizado para que apresente à gente, que nós estamos vigilantes, estamos atentos e que não deixaremos que qualquer pessoa que seja impactada não seja inserida no debate, como os garimpeiros, os ribeirinhos, os empresários, todos que dependem e que precisam desse nosso rio. Tendo viabilidade, seja econômica, seja social, para que a gente possa, realmente, ter o desenvolvimento, mas contemplando todos os segmentos.

Então, parabéns a todos vocês que participaram conosco, minha gratidão, mesmo. Quero agradecer, de forma muito especial aqui, que ficou até agora - sei da sua atribuição, que não é pouca - a Doutora Laila. Obrigado, Doutora Laila, receba nosso abraço, de todo o Parlamento estadual, que possa externar também a todos os membros do Ministério Público Estadual.

Da mesma forma aqui, o nosso Presidente do Porto, da SOPH, o senhor Fernando; também o senhor Gilberto. Meus cumprimentos também à Doutora Tânia, ao senhor Raimundo e a vocês. Porque se não fossem vocês aqui, a gente não teria

conseguido realizar essa primeira Audiência Pública com tanta propriedade, com tanta movimentação e presença marcante de todos vocês. Minha gratidão.

Muito obrigado a todos os garimpeiros, a todos os empresários, comerciantes, a todas as representações aqui nessa Casa. Em especial também, até essa hora, os nossos servidores, a nossa Taquigrafia, toda a equipe legislativa que tem nos ajudado muito. Temos tido dias intensos aqui, de trabalho, mas graças a Deus e nos colocamos para isso mesmo. Essa é a nossa função.

Invocando a proteção de Deus e, em nome do povo rondoniense, agradecemos a presença dos componentes da Mesa Diretiva e de todos que acompanharam essa ilustre solenidade.

Declaro encerrada a presente Audiência Pública e desejo uma excelente noite a todos. Muito obrigado a todos, fiquem com Deus.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 19 horas e 33 minutos)

(Sem revisão dos oradores)